

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

***ESTUDO PRELIMINAR DE VALIDAÇÃO DA
ESCALA DE ALIANÇA PARENTAL (PARENTING
ALLIANCE INVENTORY)***

Melanie Dias Pinheiro

Dissertação de Mestrado para Obtenção de grau de Mestre
em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho elaborado sob a orientação da Prof.^a Doutora Ida Lemos

2013

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

***ESTUDO PRELIMINAR DE VALIDAÇÃO DA
ESCALA DE ALIANÇA PARENTAL (PARENTING
ALLIANCE INVENTORY)***

Melanie Dias Pinheiro

Dissertação de Mestrado para Obtenção de grau de Mestre
em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho elaborado sob a orientação da Prof.^a Doutora Ida Lemos

2013

ESTUDO PRELIMINAR DE VALIDAÇÃO DA ESCALA DE ALIANÇA PARENTAL (*PARENTING ALLIANCE INVENTORY*)

Declaração de autoria de trabalho:

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam na listagem de referências incluída.

Copyright © 2013, por _____

Melanie Dias Pinheiro

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Aos meus pais...

Pela força que me deram e pela confiança que em mim depositaram todos os dias!

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer às mães que participaram neste estudo, pois sem a sua colaboração não seria possível a sua realização. Um especial agradecimento pelo tempo que despenderam e pela coragem de partilhar uma parte íntima das suas vidas.

À minha orientadora, a Prof.^a Doutora Ida Lemos, pelo seu apoio e pela orientação cuidada e atenciosa, pela correções e pelas sugestões que me foi dando ao longo de todo o meu trabalho.

À Diana Costa pela sua ajuda sempre que foi necessário.

Às minhas colegas de Mestrado Daniela Santos e Letícia Valério, pelo companheirismo e pelo apoio, que se tornaram indispensáveis ao longo deste percurso.

Aos meus pais, que foram sem dúvida o meu grande pilar e o meu porto de abrigo. Um muito obrigada do fundo do meu coração pelo vosso amor incondicional.

À minha estrela brilhante, que apesar de já não estar entre nós sempre me deu força para continuar e me guiou todos os segundos. Estarás sempre no meu coração Mano.

Aos meus amigos, aos que estão perto mas também àqueles que estão a milhares de quilómetros de distância, pelos momentos de diversão que me permitiram “espairecer” e desligar por instantes de todo o trabalho que tinha para realizar ao longo desta fase, pelas conversas, pelos milhões de mimos e pelo colo que me deram sempre que precisei.

A todos os meus familiares, em especial aos que acreditaram sempre em mim.

Resumo

O interesse pelo comportamento parental cresceu e conduziu à elaboração de múltiplos modelos sobre a parentalidade, e tem sido alvo de diversas investigações nas duas últimas décadas. Uma dessas variáveis que tem sido alvo de interesse pelos investigadores é a aliança parental, definida como o grau de comprometimento e de cooperação existente entre marido e mulher relativamente a aspetos da parentalidade e de educação das crianças (Abidin & Brunner, 1995).

O presente estudo teve como principal objetivo analisar as características psicométricas da versão portuguesa da escala de Aliança Parental (PAI) de Abidin e Brunner (1995), e de explorar os níveis de Aliança Parental numa amostra de mães portuguesas. Neste estudo participaram 118 mães com idades compreendidas entre os 21 e os 58 anos ($M = 39.00$, $DP = 7.22$), de nacionalidade portuguesa e residentes no sul de Portugal. A validade de constructo foi estudada através da análise fatorial exploratória e a fidelidade do instrumento foi estudada através da análise da consistência interna.

Os resultados obtidos neste estudo foram consistentes com os obtidos na versão original do instrumento e apontaram para uma estrutura bidimensional da escala. A versão portuguesa do PAI apresentou boas características psicométricas, com elevados níveis de consistência interna e de fiabilidade. Estes resultados sugerem-nos que este instrumento é fiável no estudo da aliança parental percebida em mães portuguesas. As mães portuguesas apresentam níveis elevados de Aliança Parental, percecionados na presença de famílias estáveis e biparentais, de rendimentos financeiros combinados e estáveis, e na presença do pai/cônjuge no agregado familiar. A Aliança Parental apresenta ainda associações significativas e positivas com o número de pessoas que constituem o agregado, os menores de 14 anos, o tamanho da habitação e o número de quartos.

Palavras-chave: Família, Aliança Parental, Parentalidade, Características psicométricas.

Abstract

The interest in parental behavior grew and led to the development of multiple models of parenting, and has been the target of several investigations in the past two decades. One of these variables has been the subject of interest for researchers is parental alliance, defined as the degree of commitment and cooperation existing between husband and wife in relation to aspects of parenting and education of children (Abidin & Brunner, 1995).

The present study tried to examine the psychometric properties of the Portuguese version of the scale Parental Alliance (PAI) of Abidin and Brunner (1995), and to explore the various levels of Parental Alliance in a sample of Portuguese mothers. This study involved 118 mothers with ages between 21 and 58 years ($M = 39.00$, $SD = 7.22$), and residents in southern Portugal with Portuguese nationality. Construct validity was studied through exploratory factor analysis and the reliability of the instrument was studied by analyzing the internal consistency.

The results gathered in this study were consistent with the ones obtained in the original version of the instrument and they led to a two-dimensional structure of the scale. The Portuguese version of the PAI showed good psychometric characteristics, with high levels of internal consistency and reliability. These results suggest us that this instrument is reliable in the study of perceived parental alliance in Portuguese mothers. The Portuguese mothers have high levels of Parental Alliance, which are visible in the presence of stable, two-parent families, combined and stable financial income, and the presence of the parent / husband in the household. The Parental Alliance still has significant and positive associations with the number of participants in the aggregate, those under 14 years, the size and number of rooms in the house.

Keywords: Family, Parental Alliance, Parenting, Psychometric characteristics.

Índice

Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	3
Capítulo 1 – Enquadramento Teórico	4
1.1. Aliança Parental: Conceptualização	4
1.2. Modelos Teóricos	5
1.3. Determinantes da Aliança Parental	9
1.3.1 Fatores Individuais	9
1.3.2 Fatores Familiares	12
1.3.3 Fatores Contextuais	14
1.4. A Influência da Aliança Parental no Funcionamento Familiar e na Parentalidade	16
1.5. Evidência Empírica sobre as Propriedades Psicométricas do instrumento PAI	23
Parte II – Estudo Empírico	28
Capítulo 2- Objetivos da investigação.....	29
2.1. Objetivos gerais.....	29
2.2. Objetivos específicos.....	29
Capítulo 3 – Método.....	30
3.1. Desenho do estudo.....	30
3.2. Amostra	30
3.2.1 Técnica de Amostragem.....	30
3.2.2 Descrição e caracterização da amostra	31
3.3. Instrumentos de recolha de dados	36
3.3.1 Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares	36
3.3.2 <i>Parenting Alliance Inventory</i> (PAI)	37
3.4. Procedimentos	38
3.4.1 Procedimento de recolha de dados	38
3.4.2 Análise e tratamento dos dados	39
Capítulo 4 - Apresentação dos resultados	40

4.1. Estudo das características psicométricas da escala.....	40
4.1.1 Caracterização da distribuição das respostas da escala Aliança Parental.....	40
4.1.2 Estudos de fidelidade da escala PAI.....	41
4.1.3. Validade de constructo	44
4.2. Resultados ao nível da Aliança Parental percebida pelas mães.....	47
4.3. Diferenças nos níveis de Aliança Parental segundo as Características Sociodemográficas e Familiares	48
Capítulo 5 – Discussão de Resultados.....	53
5.1. Níveis de Aliança Parental segundo as Características Sociodemográficas e Familiares	54
5.2. Estudo das características psicométricas da escala PAI e Níveis de Aliança Parental percebida pelas mães	57
Conclusões e limitações do estudo	62
Referências Bibliográficas	64
Anexos.....	70

Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição da amostra segundo a idade	31
Tabela 2. Distribuição da amostra segundo o número de participantes	32
Tabela 3. Distribuição da amostra segundo os rendimentos mensais familiares e laborais	34
Tabela 4. Distribuição da amostra segundo a composição do agregado familiar.....	35
Tabela 5. Distribuição da amostra relativamente à habitação	36
Tabela 6. Dimensões avaliadas, instrumentos e características dos mesmos	38
Tabela 7. Estatísticas descritivas do instrumento Pai (N=118)	40
Tabela 8. Consistência interna do instrumento PAI (N=118)	41
Tabela 9. Consistência interna dos itens do instrumento PAI (N=118)	43
Tabela 10. Análise Fatorial Exploratória do Instrumento PAI (N = 118)	45
Tabela 11. Correlações entre a Aliança Parental e as Variáveis Sociodemográficas e Familiares (N=118).....	47
Tabela 12. Comparação das médias, desvio-padrão, mínimos e máximos na Aliança Parental segundo a situação laboral, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	48
Tabela 13. Comparação das médias, desvios-padrão na Aliança Parental em função do tipo de trabalho, teste <i>Kruskal-Wallis</i>	49
Tabela 14. Comparação das médias, desvio-padrão, mínimos e máximos na Aliança Parental segundo a proveniência dos rendimentos familiares, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	49
Tabela 15. Comparação das médias, desvio-padrão, mínimos e máximos na Aliança Parental segundo a estabilidade dos rendimentos familiares, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito.....	50
Tabela 16. Comparação das médias, desvios-padrão na Aliança Parental em função da pessoa que assume as funções de pai, teste <i>Kruskal-Wallis</i>	51
Tabela 17. Comparação das médias, desvio-padrão, mínimos e máximos na Aliança Parental segundo o tipo de família e a estabilidade familiar, teste <i>Mann-Whitney</i> , significância e efeito	51
Tabela 18. Comparação das médias, desvios-padrão na Aliança Parental em função do tipo de família, teste <i>Kruskal-Wallis</i>	52

Índice de Figuras

Figura 1. Caracterização da amostra segundo o estado marital das participantes	31
Figura 2. Distribuição da amostra segundo o nível de escolaridade	32
Figura 3. Distribuição da amostra segundo o tipo de trabalho	33
Figura 4. Distribuição da amostra segundo a estrutura familiar.....	34
Figura 5. Distribuição da amostra segundo a extensão familiar.....	35
Figura 6. Distribuição das respostas de Aliança Parental segundo o tipo de figura parental	41
Figura 7. <i>Scree-plot</i> de <i>Cattell</i> com os itens da escala PAI	46

Índice de Anexos

Anexo A. Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares

Anexo B. PAI

Anexo C. Consentimento Informado

Lista de Abreviaturas, siglas e símbolos

PAI- Inventário de Aliança Parental

PAM - Medida de Aliança Parental

PAM-R – Medida de Aliança Parental versão reduzida

Introdução

O estudo da influência do comportamento parental sobre o desenvolvimento da criança aumentou significativamente nas últimas décadas, conduzindo à elaboração de diferentes modelos conceituais. Algumas das questões que são objeto de investigação são a relação entre o stresse parental e os padrões de relação familiar, a relação entre as características parentais e o ajustamento e desenvolvimento da criança (Abidin, 1992).

A família é considerada um pilar essencial no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. É definida como um contexto primário e fundamental na socialização, onde indivíduos de gerações diferentes interagem entre si e se influenciam mutuamente, em função do seu nível de desenvolvimento e das suas características pessoais. É caracterizada ainda, pela união de pessoas que partilham um projeto de existência em comum, com fortes sentimentos de pertença e relações intensas de intimidade, reciprocidade e dependência. É na família que a identidade é construída e a aprendizagem para enfrentar desafios e assumir compromissos é adquirida. A família é ainda considerada a fonte de segurança disponível em situações de perigo (Palacios & Rodrigo, 1998).

Segundo Relvas (2006), a família é uma rede complexa de relações e de emoções que não são passíveis de ser pensadas como instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados. Deste modo, torna-se cada vez mais importante o estudo da família de forma a perceber o seu funcionamento, bem como as variáveis familiares que podem contribuir para o seu equilíbrio e para o desenvolvimento humano. Nesta ordem de ideias, a família é definida como um espaço privilegiado para a elaboração e para a aprendizagem de dimensões significativas de interação, uma vez que é um lugar de vivência de relações afetivas (Alarcão, 2006).

Das várias funções importantes que a família desempenha, esta tem como responsabilidade principal o processo de parentalidade. Cuidar e educar um filho são tarefas inatas que remetem para o esforço necessário na adaptação à singularidade de cada criança, e ao exercício da parentalidade influenciada pelos diferentes contextos familiares e sociais. Assim, o papel parental realiza-se, por um lado, em função das necessidades específicas dos filhos, e por outro, pela vontade de corresponder positivamente às expectativas familiares e

sociais atribuídas aos pais. Desta forma, é considerada uma das tarefas mais desafiantes e complexas da vida adulta (Relvas, 2006).

Belsky (1984, citado por Abidin, 1992) expôs o modelo dos determinantes da parentalidade, em que destacava algumas variáveis que por sua vez estariam relacionadas com o comportamento parental, tal como a aliança parental. Nesta ordem de ideias, a aliança parental é concetualizada como o grau de comprometimento e de cooperação que existe entre os elementos do casal relativamente a aspetos de parentalidade e educação das crianças (Abidin & Brunner, 1995).

Atendendo a esta temática, o presente trabalho tem como objetivos: a) o estudo das propriedades psicométricas da versão portuguesa da Escala de Aliança Parental de Abidin e Brunner (1995); b) caracterizar a Aliança Parental percebida por uma amostra de mães portuguesas, e ainda; c) caracterizar as participantes no estudo relativamente a um conjunto de variáveis sociodemográficas, assim como, analisar a relação entre estas variáveis e a Aliança Parental percebida.

Deste modo, a presente dissertação está organizada em duas partes, sendo no total, constituída por cinco capítulos. A primeira parte é composta por um capítulo destinado ao enquadramento teórico, e os últimos quatro capítulos ao estudo empírico realizado.

O primeiro capítulo é composto por cinco pontos principais, sendo que, o primeiro ponto diz respeito à conceptualização da Aliança Parental, o segundo ponto aos Modelos Teóricos que a caracterizam, o terceiro ponto aos Determinantes da Aliança Parental (Individuais, Familiares e Contextuais), o quarto ponto refere-se à Influência da Aliança Parental no Funcionamento Familiar e na Parentalidade, e por fim, o quinto ponto à Evidência Empírica sobre as Propriedades Psicométricas do Instrumento PAI.

O segundo capítulo contém os principais objetivos da investigação, gerais e específicos. O terceiro capítulo destina-se à apresentação do método (o desenho do estudo, a técnica de amostragem, a descrição e caracterização da amostra, os instrumentos de recolha de dados, os procedimentos de recolha de dados e a análise e tratamento dos mesmos). O quarto capítulo diz respeito à apresentação e análise dos resultados, e por fim, no quinto capítulo discutiremos os principais resultados obtidos, de acordo com os resultados obtidos por outros autores. Por último, o presente estudo termina com algumas considerações finais, referindo os resultados mais relevantes evidenciados no nosso estudo, apresentando ainda as limitações da investigação e algumas propostas para investigações futuras.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1 – Enquadramento Teórico

1.1. Aliança Parental: Conceptualização

O conceito de aliança parental, inicialmente denominado de coparentalidade e derivado do termo inglês *coparenting*, foi introduzido pela primeira vez por Bohannon na década de 70 (Grzybowski & Wagner, 2010), com o principal objetivo de explicar as consequências do divórcio, no desenvolvimento dos filhos do casal. Deste modo, o termo coparentalidade surgiu associado ao estudo das relações familiares após o divórcio, sendo esta temática posteriormente estudada em famílias intactas, na década de 90. No entanto, foi somente nesta década que este tema assumiu uma posição universal e independente do tipo de família, das características e díades dos parceiros que constituem a aliança parental (Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini, & Bosa, 2005).

O termo aliança parental foi referido pela primeira vez, por Abidin em 1992, relacionando-se com o conceito de relação marital. Em 1995, Abidin e Brunner descreveram a aliança parental como um conceito relativo à relação conjugal ou marital referente à parentalidade, nomeadamente ao cuidar e à educação da criança. Segundo os autores este termo distingue-se dos aspetos românticos e sexuais envolvidos na conjugalidade, e mede o grau de envolvimento e cooperação entre os cônjuges na tarefa de cuidar e educação da criança. Deste modo, a aliança parental é considerada uma tarefa interpessoal e conjunta, em que dois adultos partilham as responsabilidades parentais.

Por sua vez, o conceito de coparentalidade foi criado por Weissman e Cohen no ano 1985 (Konold & Abidin, 2001). Este conceito era descrito como uma parte separada e única da relação conjugal referente à parentalidade. Segundo estes autores a coparentalidade inicia-se ainda antes do nascimento da criança, uma vez que surge através das idealizações dos pais relativamente à educação dos filhos, durante a gravidez. Esta abordagem defende assim que tanto a maternidade como a paternidade se desenvolvem ao mesmo tempo, e que a relação entre pai(s) e filho(s) ocorre num contexto de aliança parental.

No entanto, Madden-Derdich e Leonard (2000) defendem que a aliança parental representa o nível de interação que existe entre os ex-cônjuges face às questões e decisões sobre o desenvolvimento dos filhos.

Na perspectiva de Feinberg (2003) a aliança parental, também designada de coparentalidade, parceria parental e parentalidade partilhada, pode ser definida como o envolvimento conjunto e mútuo dos dois pais na educação, na formação e nas tomadas de decisão sobre a vida e o desenvolvimento dos filhos. É ainda percecionada como a forma com que os pais ou as figuras parentais se relacionam no processo da parentalidade.

Segundo Van Egeren e Hawkins (2004) a aliança parental é definida como a relação que existe entre, pelo menos, duas pessoas que assumem, com acordo mútuo, as normas sociais e a responsabilidade conjunta do bem-estar do menor. Nesta linha de pensamento, os autores realçam que esta conceptualização pode ser aplicada a qualquer tipo de família, independentemente do estado civil, e da orientação sexual dos pais. Portanto, a aliança parental é um jogo comum de papéis que se relaciona com o cuidado global da criança, incluindo os valores, as idealizações, as expetativas, numa responsabilidade conjunta relativamente ao bem-estar desta.

A aliança parental pode ser conceptualizada como a necessidade de manutenção de fronteiras claras entre a unidade coparental, composta por duas ou mais pessoas, e os restantes sistemas familiares e extrafamiliares, no que diz respeito ao desempenho das funções educativas relativamente à criança e à satisfação das suas necessidades (Groenendyk & Volling, 2007). Os autores referem ainda que esta aliança implica suporte e coordenação entre as figuras parentais, ou entre outras figuras que se comprometem pelo bem-estar e pela educação da criança.

1.2. Modelos Teóricos

Os seguintes modelos incidem na compreensão dos fatores que sustentam a aliança parental na vida familiar.

Um dos primeiros modelos foi desenvolvido por Maccoby, Depner, e Mnookin (1990). Os autores classificaram a aliança parental, nesse período designada de coparentalidade, através de três padrões, nomeadamente, o padrão descomprometido, cooperativo e conflituoso.

O padrão descomprometido é observado maioritariamente em casais divorciados. Neste tipo de padrão estão incluídos os pais que estabelecem pouco contacto um com o outro,

e em que a comunicação existente se refere apenas a questões educacionais da criança. Deste modo, é praticada uma parentalidade paralela, em que o envolvimento de cada um dos pais na educação da criança é realizado de forma individual. Apesar de não existir um grau elevado de comunicação, verificam-se baixos níveis de conflito entre as figuras parentais.

O padrão cooperativo, por sua vez, representa interações de qualidade entre os pais, comunicações frequentes sobre os filhos, em que os pais procuram separar os seus conflitos conjugais ou interpessoais das suas funções parentais. Trata-se assim de pais cooperantes, que se apoiam mutuamente, e ainda, procuram acordar planos e resolver problemas que os filhos possam estar a atravessar. Neste tipo de padrão, os pais funcionam como uma equipa face à educação dos filhos, quer em termos materiais, emocionais, como também em função dos seus valores pessoais.

Por último, o padrão conflituoso, tal como indica, refere-se a pais que possuem um constante e elevado nível de conflitos, verificando-se hostilidade, criticismo e competição. Os níveis de cooperação são baixos e os pais utilizam frequentemente ameaças e chantagens na educação dos filhos. Os pais posicionam-se como adversários e conseqüentemente, a comunicação entre os mesmos é negativa e o trabalho de coparentalidade torna-se ineficaz (Maccoby, Depner, & Mnookin, 1990).

O modelo de Abidin e Brunner (1995) baseado nas ideias de Weissman e Choen (1985, citados por Abidin & Brunner, 1995) estipula que, para que se estabeleça um nível eficaz de aliança parental é necessário preencher algumas condições, tais como: a) ambos os pais devem investir no filho; b) ambos os pais devem valorizar o envolvimento do outro pai com o filho; c) cada um dos pais deve respeitar as opiniões do outro em relação à educação do filho; e, d) os pais devem desejar comunicar um com o outro.

Um outro modelo sobre a aliança parental que importa referir é o de Margolin, Gordis, e John (2001), o qual compreende três fatores principais: o nível de conflito, de cooperação e de triangulação.

O primeiro fator refere-se à conflituosidade entre os pais. O conflito caracteriza-se pela quantidade, frequência e severidade dos desentendimentos das figuras parentais em relação à educação da criança, pela tonalidade negativa (e.g., raiva, hostilidade, rejeição, frieza ou criticismo) utilizada nas discussões, devido à inflexibilidade e ao desacordo no que diz respeito à educação da criança.

A cooperação, por sua vez, representa os níveis de suporte e de apoio social, como também, o respeito e o apreço que cada um dos pais tem para com o outro. Ainda de acordo com Margolin e colaboradores (2001) este fator é o elemento essencial e indispensável para que exista uma aliança parental eficaz, uma vez que avalia o grau de esforço na partilha de prestação de cuidados à criança, e na disponibilidade emocional e instrumental entre os pais nos temas parentais.

O terceiro e último fator, a triangulação, corresponde à existência de uma união entre uma das figuras parentais e o filho que leva à rejeição do outro membro da díade parental. Esta ocorre mais frequentemente em díades mãe-filho e está associada a elevados níveis de conflito interparental. Na maioria das vezes a figura parental do sexo masculino é excluída pelo facto de apresentar dificuldade ao nível da prática dos princípios educativos. Segundo Margolin e colaboradores (2001) este será o fator com maior impacto negativo na adaptação psicossocial dos filhos.

Posteriormente, Feinberg (2003), desenvolveu o Modelo de Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade. Segundo o autor este modelo da coparentalidade é constituído por quatro componentes: o acordo nas práticas parentais; a divisão das tarefas e responsabilidades; o suporte/sabotagem no desempenho dos papéis coparentais; e a gestão conjunta da família.

A primeira componente refere-se ao grau de entendimento entre a díade parental face aos aspetos relacionados com a criança, como por exemplo, os princípios morais, a disciplina, a prestação de cuidados, as decisões sobre a educação ou necessidades emocionais das crianças. Esta relação é considerada dual, onde o desacordo nas práticas parentais está relacionado com a desadaptação dos menores.

Por sua vez, a divisão do trabalho, diz respeito às obrigações das rotinas diárias de prestação de cuidados à criança que são partilhadas pela díade parental (e.g., divisão das responsabilidades dos assuntos financeiros, médicos e legais relacionados com as crianças). Esta componente é responsável pela satisfação com a relação coparental e com os baixos níveis de stresse parental. Na opinião de Feinberg (2003), quanto maior for a distribuição das tarefas, menor será o nível de stresse no desempenho das funções parentais e maior será a satisfação na relação com o outro pai.

O suporte/sabotagem representa a qualidade e o grau de suporte recíproco entre os elementos da díade. Por um lado, as manifestações de suporte esperado entre os pais são o

apoio emocional, as expressões de afeto, o reforço positivo, e a cooperação ou colaboração do outro progenitor; enquanto a hostilidade, crítica, culpa e afeto negativo direcionados ao outro progenitor constituem elementos de suporte negativo.

Por último, a gestão conjunta da família, inclui a gestão e a modelação das interações familiares, especialmente entre os pais. De acordo com Feinberg (2003), uma gestão familiar eficaz resulta num controlo eficiente da díade parental sobre os comportamentos dos pais e padrões de comunicação entre eles. O autor realça que o funcionamento da estrutura familiar depende da aliança parental, uma vez que os pais são os principais responsáveis no estabelecimento e fortificação de fronteiras familiares.

Neste último modelo teórico, a aliança parental é caracterizada através de uma estrutura externa e uma estrutura interna (Van Egeren & Hawkins, 2004). Deste modo, a estrutura externa refere-se às questões mais instrumentais do modelo, como por exemplo, o facto de quem pode ser considerado membro de uma díade coparental e, quando e onde ocorrem as interações parentais. Nesta linha de pensamento, a aliança parental engloba todas as famílias que possuam filhos. Assim, pode-se considerar que existe aliança parental em indivíduos casados, que vivam em união de facto, divorciados, independentemente da sua orientação sexual e se a criança é filha biológica ou adotada. Portanto, os indivíduos responsáveis pelo cuidado de um filho formarão sempre uma díade de aliança parental.

Contudo, Lamela, Costa, e Figueiredo (2010) defendem que a aliança parental não se limita apenas à existência de uma interação física entre os pais, havendo a necessidade de considerar as perceções de aliança parental para complementar esta relação parental. Estas perceções influenciarão o comportamento coparental e permanecerão independentemente da ausência e/ou presença dos elementos. Deste modo, são necessárias ações, cognições e representações que promovam ou despromovam a eficácia do outro adulto enquanto progenitor e membro da equipa coparental.

Por outro lado, a estrutura interna da aliança parental reúne dimensões intraindividuais e intrafamiliares, que são intrínsecas e exclusivas da aliança parental, como por exemplo, os sentimentos, as atitudes, as perceções, os valores e as ações de cada um dos progenitores envolvidos na aliança parental. Na opinião de Van Egeren e Hawkins (2004) existem quatro dimensões centrais da coparentalidade, nomeadamente, 1) coparentalidade solidária; 2) apoio coparental; 3) coparentalidade destrutiva e 4) parentalidade partilhada.

A coparentalidade solidária é caracterizada pelo nível de afeto existente entre as figuras parentais, desencadeando uma evolução conjunta e unificada da parentalidade. O apoio coparental é estruturado por estratégias e ações que auxiliam os esforços dos parceiros para beneficiar a criança. Na coparentalidade destrutiva, as estratégias e as ações são executadas no sentido de atingir os objetivos parentais, incluindo as críticas e a ausência de respeito. Por fim, a parentalidade compartilhada, caracteriza-se pelo grau em que cada pai se torna responsável pela implementação de limites e justiça na divisão das responsabilidades (Van Egeren & Hawkins, 2004).

1.3. Determinantes da Aliança Parental

Diversos estudos empíricos têm demonstrado que o nível de aliança parental é influenciado por inúmeros fatores individuais, familiares e contextuais. De seguida, serão apresentadas as conclusões de alguns estudos efetuados nas últimas décadas sobre os principais determinantes da aliança parental.

1.3.1 Fatores Individuais

Relativamente aos fatores individuais, Abidin e Brunner (1995) verificaram diferenças significativas nos níveis de aliança parental em função do sexo dos progenitores, onde as mães exibem níveis mais elevados do que os pais. De um modo semelhante, Hohmann-Marriott (2011) observou que as diferenças entre pais e mães relativamente às perceções de aliança parental não foram substancialmente grandes, sendo porém significativas, com as mães, em geral, a apresentarem níveis mais elevados, por comparação com os pais.

Contrariamente, outros estudos têm demonstrado que são os indivíduos do sexo masculino que apresentam índices mais elevados de aliança parental (Holland & McElwain, 2013; Lindsey, Caldera, & Colwell, 2005; Pires, 2008; Van Egeren, 2004). Segundo Pires (2008), estes resultados devem-se ao facto de os pais do sexo masculino valorizarem mais o papel da mãe enquanto mulher e mãe, uma vez que a mãe é tipicamente o membro mais presente junto dos filhos. Van Egeren (2004), por sua vez, constatou que os pais do sexo masculino tinham um maior envolvimento familiar, e estavam significativamente mais satisfeitos com a aliança parental do que as mães. Segundo o autor, uma possível explicação

remete para as mudanças que ocorrem com a transição da parentalidade, sendo que serão maiores para as mães (e.g., amamentar, ficar em casa de licença de maternidade), ou ainda, devido às distintas experiências de vida do casal, onde as tarefas domésticas ficam maioritariamente a cargo das mulheres.

Num estudo recente, conduzido por Cohen e Levin (2012), observaram-se diferenças significativas nas variáveis relativas à aliança parental em função do sexo dos progenitores. As mães apresentaram pontuações significativamente superiores de participação ativa na vida dos filhos, comparativamente aos pais. Por outro lado, os níveis de comunicação, cooperação e apoio coparentais dos homens foram significativamente superiores. De modo semelhante, outra investigação recente demonstrou que os pais reportavam maior confiança e suporte na perspectiva de coparentalidade do que as mães (Holland & McElwain, 2013).

Na mesma linha, McBride e Rane (1998) sustentaram que existem diferenças de envolvimento em relação aos níveis de aliança parental tendo em conta o sexo do progenitor, influenciando assim a criança e a sua educação. Os autores defendem que as mulheres apresentam um maior envolvimento ao nível da aliança parental, comparativamente com os homens. No entanto, outros autores constataram que os pais e as mães não diferem significativamente entre si em termos de aliança parental (Lamela & Figueiredo, 2011). Os autores constataram estes resultados através de um estudo realizado com 62 sujeitos, em que 58% eram mulheres. Os participantes tinham idades compreendidas entre os 28 e os 55 anos de idade, e filhos com uma idade média de 8 anos.

Ainda relativamente ao sexo dos progenitores, importa destacar que diversos estudos têm revelado que as perceções paternas e maternas de aliança parental apresentam associações significativas e positivas entre si (Holland & McElwain, 2013; Kwon, Jeon, & Elicker, 2013; Stright & Bales, 2003). Deste modo, ambas as figuras parentais têm apresentado níveis satisfatórios de aliança parental, o que posteriormente desencadeia a perceção de uma parentalidade eficaz.

No que diz respeito às características individuais dos filhos, alguns fatores, como a idade e o sexo dos filhos, podem condicionar os níveis de aliança parental. Por exemplo, a idade dos menores tem surgido como um fator preponderante na aliança parental (Johnston & Roseby, 1997). Os autores concluíram que esta atinge o seu pico máximo por volta dos onze anos de idade, num estudo realizado em quinze famílias com filhos em idade escolar.

Além disso, alguns autores encontraram associações positivas entre a idade dos menores e os níveis de aliança parental dos pais (Groenendyk & Volling, 2007), enquanto a grande maioria sugere que a relação entre ambas as variáveis é negativa (Floyd, Gilliom, & Costigan, 1998; Margolin et al., 2001). No entanto, outros autores observaram que a idade dos menores não apresentou relações significativas com os relatos de aliança parental pelas figuras parentais (Stright & Bales, 2003).

Alguns estudos recentes têm demonstrado que a aliança parental permanece estável e constante durante os primeiros anos de vida dos menores (Laxman, Jessee, Mangelsdorf, Rossmiller-Giesing, Brown, & Schoppe-Sullivan, 2013; Van Egeren, 2004). De acordo com Lerner (1993, citado por Van Egeren & Hawkins, 2004), a percepção da coparentalidade tende a manter-se estável ao longo de todo o ciclo de vida, podendo, porém, sofrer algumas oscilações em determinadas etapas. Para Feinberg (2002) é na etapa da família com filhos adolescentes que a relação de coparentalidade poderá sofrer maiores variações do que nas restantes fases, devido às características particulares desta etapa. Deste modo, na adolescência pode ocorrer uma renegociação da relação de coparentalidade, já que perante uma maior autonomia dos filhos em relação aos pais, a aliança parental pode tornar-se menos acentuada (Lerner, 1993, citado por Van Egeren, 2004).

No mesmo sentido, Agostinho (2009) observou, com uma amostra de 136 sujeitos casados ou em união de facto, sendo metade do sexo masculino e a outra metade do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 31 e os 74 anos, que a aliança parental era superior em famílias com filhos em idade escolar do que em famílias com filhos adultos que conviviam no lar.

Relativamente ao sexo dos menores, a grande maioria dos autores não encontrou diferenças significativas entre pais de rapazes e de raparigas relativamente às variáveis de coparentalidade (Lindsey et al., 2005; McBride & Rane, 1998; McConnel & Keirg, 2002; Pedro, Ribeiro, & Shelton, 2012; Stright & Bales, 2003; Talbot & McHale, 2004), como também não era preditor da mesma (Waller, 2012). Estes dados sugerem que o sexo dos filhos não tem um peso significativo na aliança parental dos progenitores. No entanto, outros autores têm evidenciado que o sexo dos menores, em combinação com outras variáveis, como por exemplo, o sexo dos progenitores, pode influenciar os níveis de aliança parental (e.g., Margolin et al., 2001; Pedro, Ribeiro, & Shelton, 2012).

1.3.2 Fatores Familiares

Segundo Lamela, Costa, e Figueiredo (2010) os níveis de aliança parental podem ser influenciados também por fatores familiares e que de um modo geral, o sistema familiar e as respectivas características podem modificar os níveis de coparentalidade.

No que diz respeito à estrutura familiar (i.e., famílias nucleares intactas, biparentais reconstituídas, monoparentais ou alargadas), os resultados de diversas investigações sugerem que os casais divorciados recasados (em novas relações) apresentam níveis mais baixos de aliança parental comparativamente com os casais de famílias intactas, já que os primeiros enfrentam novos hábitos e rotinas, como também, mudanças nos padrões económicos (Hohmann-Marriott, 2011; McHale, Kuersten-Hogan, & Rao, 2004; Talbot & McHale, 2004; Van Egeren & Hawkins, 2004). Para além disso, Hughes, Gordon, e Gaertner (2004) verificaram que a aliança parental não estava significativamente relacionada com o número de anos na relação marital em famílias biparentais intactas.

A aliança parental pode ser estudada quer em famílias casadas como também, em famílias divorciadas. Na opinião de Grzybowski e Wagner (2010) existem duas questões que podem afetar profundamente o desempenho da coparentalidade em casais divorciados: a conjugalidade e os laços emocionais entre pais e filhos, já que daí parecem decorrer todas as outras questões (i.e., contextuais, individuais, relacionais e processuais) envolvidas no processo de aliança parental.

Alguns estudos têm demonstrado que, mesmo após o divórcio, alguns fatores podem desencadear níveis satisfatórios de aliança parental. São estes, a presença de guarda compartilhada dos filhos, divórcios não conflituosos, a satisfação com o apoio financeiro e a existência de baixos conflitos atuais entre os ex-cônjuges, assim como, um reduzido número de filhos e o acordo mútuo nas visitas domiciliárias (Fauchier & Margolin, 2004). Além disso, a preocupação entre os ex-cônjuges e o grau de amizade estabelecido entre eles, a comunicação favorável, a perceção das competências parentais do respetivo ex-cônjuge também têm sido apontados como fatores favoráveis na relação coparental (Linker, Stolberg, & Green, 1999).

Em situações de separação e/ou divórcio, Lamela e Figueiredo (2011), por sua vez, referem que a relação marital durante o casamento pode determinar significativamente a relação pós-divórcio de aliança parental. Estes autores verificaram que as representações das

estratégias de negociação durante o casamento pelo(a) ex-companheiro(a) previam o estabelecimento de uma boa relação pós-divórcio de aliança parental, através de um estudo realizado com 62 participantes, com idades compreendidas entre os 28 e os 55 anos de idade. A média de anos em que os participantes se encontraram casados foi de dez anos, e na realização do estudo encontravam-se oficialmente divorciados há pelo menos 3 meses.

Além disso, Madden-Derdich e Leonard (2000) referem que a continuidade da interação entre os pais após o divórcio pode ser influenciada pela satisfação do pai sobre o seu papel parental e pela sua perceção do suporte recebido pela sua ex-cônjuge. Deste modo, os autores sugerem que o encorajamento fornecido pela mãe torna-se fundamental para que o pai continue ativo e participante nas decisões relativas aos filhos.

Quando existe a separação dos pais, uma má relação coparental pode afetar a continuidade das ligações que a criança estabelece com a família extensa e a capacidade do ex-casal em continuar as suas vidas e estarem inteiramente disponíveis para futuras relações íntimas (Ahrns, 1994; Erel & Bruman, 1995). Por outro lado, Thomson, Mosley, Hanson, e McInahan (2001) consideram que um novo relacionamento amoroso após o divórcio, que auxilie nas tarefas educativas e que liberte o companheiro para ter mais tempo com os filhos, influencia positivamente a aliança parental.

Neste sentido, Lavadera, Ferracuti, e Togliatti (2012) realizaram um estudo com dois grupos. O primeiro grupo, o grupo experimental era constituído por vinte crianças e designado de grupo experimental, e o segundo grupo designado por grupo de controlo e constituído por vinte e três crianças. Ambos os grupos eram oriundos de doze famílias e os pais estavam divorciados. Os autores concluíram que o nível de aliança parental tende a diminuir após o divórcio, nos casos em que existia uma boa aliança entre a criança e um dos progenitores. Também os resultados do estudo realizado por Johnston e Roseby (1997) indicaram que, após o divórcio, uma das figuras parentais é denegrida, e a criança passa a identificar-se menos com essa figura parental.

No entanto, outras condições podem prejudicar os níveis de aliança parental, como, por exemplo, se um dos ex-cônjuges, numa nova relação marital, ainda possuir uma ligação emocional forte em relação ao outro, ou se ainda existirem divergências pré-divórcio sobre a educação dos filhos (Madden-Derdich, & Leonard, 2000). Na opinião de Feinberg (2003), o divórcio não constitui, em si, um fator de risco, mas sim um fator que em combinação com

outros fatores, nomeadamente, a ausência das figuras do sexo masculino, a desvantagem económica e o conflito interparental, pode afetar o nível de aliança parental.

Relativamente à composição familiar, alguns estudos têm demonstrado que o número de filhos não influencia a aliança parental dos pais, já que a associação entre ambos não é significativa (Hock & Mooradian, 2012; Hughes et al., 2004; Lindsey et al., 2005; McBride & Rane, 1998). Deste modo, os autores verificaram que o número de filhos não influencia os níveis de aliança parental, sendo que a aliança parental não é inferior ou superior quando existe apenas um filho, ou quando existem mais filhos no agregado familiar. Contudo, Waller (2012) verificou que o número de filhos no agregado familiar era um forte preditor dos índices de aliança parental. Os resultados mostraram que quanto mais filhos existissem no agregado familiar, menores eram os índices de aliança parental.

1.3.3 Fatores Contextuais

Os fatores contextuais também têm sido apontados como determinantes dos níveis de aliança parental. A título de exemplo, Lamela, Costa, e Figueiredo (2010) ilustraram que as condições económicas e sociais das famílias, assim como a respetiva subcultura, influenciam a aliança parental.

Na mesma linha de pensamento, Braz, Dessen, e Silva (2005) verificaram que o nível socioeconómico influencia a aliança parental, sendo que quanto mais elevados forem os rendimentos familiares, mais elevado será o nível de aliança parental. Os autores concluíram ainda que as famílias que pertencem a classes socioeconómicas mais baixas encontram-se mais insatisfeitas com todo o processo familiar, por comparação com as famílias pertencentes a classes mais altas. É de salientar que neste estudo, além dos níveis elevados de aliança parental, os participantes também apresentaram resultados positivos no desenvolvimento emocional e comportamental das crianças.

Por outro lado, Grzybowski e Wagner (2010) constataram que os rendimentos familiares se tornam um determinante positivo da aliança parental, uma vez que elevam os níveis de autonomia e, conseqüentemente, os de aliança parental. Assim, quanto maiores forem os rendimentos familiares mais elevados serão os níveis de aliança parental.

Outros fatores socioeconômicos (e.g., nível de escolaridade, situação laboral, tipo de trabalho dos progenitores) podem constituir tanto fatores de risco como fatores potenciadores da aliança parental dos casais. Por exemplo, no estudo de Groenendyk e Volling (2007), realizado com 110 participantes em que 56 pertencia ao sexo feminino e 54 ao sexo masculino, provenientes de 58 famílias, com uma média de 35 anos para as mães e 37 anos de idade para os pais, os resultados revelaram que os índices maternos de cooperação coparental estavam negativamente associados aos rendimentos anuais dos pais-homens, enquanto os níveis dos pais estavam positivamente relacionados com o nível educativo das mães. Além disso, os autores verificaram que a triangulação coparental relatada pelas mães estava significativa e positivamente associada aos rendimentos anuais das mesmas e o número de horas que estas trabalhavam.

Stright e Bales (2003), por sua vez, verificaram que o nível educativo do pai não apresentou relações significativas com ambas as percepções de aliança parental (i.e., maternas e paternas). Contudo, a aliança parental observada apresentou associações positivas e significativas com o nível de escolaridade dos pais e das mães. Por outro lado, Waller (2012) verificou que um elevado nível educativo da mãe era um preditor da coparentalidade, enquanto o nível de escolaridade do pai não teve um efeito preditor. Em geral, a literatura tem apontado o nível educativo dos progenitores como um potenciador dos níveis de aliança parental (Amato & Gilbreth, 1999; Elera, Minton, Pasley, & Mandel, 1999; Stone & McKerny, 1998; Thompson & Laible, 1999; Walker & McGraw, 2000; Waller, 2012), onde maioritariamente os pais com níveis superiores de escolaridade tendem a relatar uma maior aliança parental.

Além disso, outra variável socioeconômica, a situação laboral, tem revelado diferenças significativas nos níveis de aliança parental. A título de exemplo, Lindsey e colaboradores (2005) verificaram que quando os progenitores estavam empregados, contribuindo ambos para os rendimentos familiares, reportavam uma maior aliança parental do que os progenitores com um único contribuidor financeiro.

Cohen e Levin (2012), por sua vez, observaram que a situação laboral estava relacionada com uma diferença nos padrões de aliança parental de ambos os progenitores, influenciando as respetivas dimensões de coparentalidade. Por exemplo, os pais-homens desempregados tinham pontuações mais elevadas em todas as dimensões de aliança parental comparativamente às mulheres. Quando os pais estavam empregados reportavam mais

comunicação, cooperação e apoio coparental do que as mulheres. Quando as mães estavam empregadas, os pais continuavam a reportar mais comunicação, cooperação e apoio coparentais do que as mulheres. No entanto, quando estas estavam desempregadas, os respetivos níveis de todas as dimensões de aliança parental foram superiores aos dos maridos. De modo semelhante, Hock e Mooradian (2012) observaram que apenas uma variável socioeconómica apresentou dados significativos: a situação laboral, onde as mães empregadas reportaram níveis mais baixos de aliança parental do que mães desempregadas. Contudo, ao invés, outros estudos indicaram/sugeriram que a aliança parental não estava significativamente relacionada com as variáveis socioeconómicas, nomeadamente, os rendimentos familiares, os níveis de escolaridade de ambos os progenitores e a situação laboral (Hock & Mooradian, 2012; Hughes et al., 2004).

A coabitação é também um fator fortemente associado com a aliança parental. Segundo Margolin et al. (2001) e Van Egeren e Hawkins (2004), o facto de os pais viverem conjuntamente com os filhos, proporciona-lhes um envolvimento mais direto que, por sua vez, leva a um maior envolvimento parental e a uma maior satisfação na coparentalidade. Consequentemente, os níveis de aliança parental são mais elevados (alcançando níveis bastante satisfatórios) e existindo uma relação coparental mais saudável.

No entanto, Grzybowski e Wagner (2010), contrariamente à ideia anterior, defendem que a coabitação pode ter também um impacto negativo nos níveis de aliança parental, já que pode trazer, às figuras parentais, sobrecarga, exigência parental e grandes desafios relativamente à educação da criança.

1.4. A Influência da Aliança Parental no Funcionamento Familiar e na Parentalidade

Até este ponto apresentámos os principais fatores individuais, familiares e contextuais que influenciam a aliança parental. De seguida, procura-se expor o impacto que a aliança parental tem tanto no funcionamento familiar como na parentalidade.

A educação dos filhos é constantemente colocada como uma tarefa complexa para os pais, embora não signifique que tais responsabilidades sejam compartilhadas de forma igual entre o casal. A literatura aponta que as mães tendem a envolver-se mais do que os pais nas tarefas do dia-a-dia da criança e, geralmente lideram o planeamento educacional dos seus

filhos (Stright & Bales, 2003). Em contrapartida, atualmente observa-se um número crescente dos pais-homens que também procuram compartilhar com a mulher, ou até mesmo assumem, as tarefas educativas e a responsabilidade de educar os filhos, procurando adequarem-se às demandas da realidade atual.

Por exemplo, Pedro, Ribeiro, e Shelton (2012) concluíram que os pais-homens têm uma maior necessidade em ter o apoio das mães no seu papel parental, uma vez que verificaram que a parentalidade dos mesmos estava mais fortemente relacionada com as contribuições das esposas para a cooperação interpaparental, do que a parentalidade materna. McBride e Rane (1998), por sua vez, constataram que os pais tendiam a ser menos responsáveis, menos envolvidos e interagiam menos com os seus filhos quando as suas esposas tinham pouca confiança nas capacidades parentais dos mesmos.

Na maioria dos estudos sobre aliança parental, como por exemplo, na investigação realizada por Floyd, Gilliom, e Costigan (1998), os resultados indicam que a aliança parental está relacionada com o ajustamento parental, com os fatores da parentalidade e com adaptação das crianças, sendo que quanto mais forte e positiva for a aliança, melhor será a adaptação e, consequentemente, melhor o processo de desenvolvimento dos menores.

A título de exemplo, Johnston, Walters, e Olesen (2005), após aplicarem o teste de Rorschach a dois grupos de crianças, em que um grupo apresentava uma satisfatória percepção de aliança parental e o outro uma ausência da mesma, constataram a existência de diferenças significativas na percepção das crianças e no processamento da informação, na forma como estas enfrentam as situações quotidianas, nas suas capacidades, como ainda, no modo como expressam o afeto, onde no primeiro grupo as médias foram superiores. Deste modo, os elevados níveis de aliança parental tornam-se importantes no desenvolvimento das crianças e no seu crescimento, podendo ser considerado como um fator de proteção na vida destas. Por outro lado, os baixos níveis de aliança parental podem desencadear desenvolvimentos menos normativos nas crianças.

Schoppe-Sullivan e colaboradores (2007), por sua vez, observaram que os pais que percecionavam os seus filhos como inadaptados tendiam a exibir níveis mais baixos de aliança parental. Os autores verificaram ainda que os pais tendiam a mostrar níveis mais elevados de aliança parental quando avaliavam os seus filhos como mais empolgados e interessados. Por outro lado, as crianças cujos pais possuíam uma baixa aliança parental tinham mais dificuldade em expressar livremente as suas emoções e o seu afeto para com as

figuras parentais (Kelly & Johnston, 2001). Para Abidin e Brunner (1995) uma aliança parental de qualidade, mais do que qualquer outro aspeto das relações do casal, está associada a uma adaptação psicossocial das crianças, podendo ainda ser considerado um mecanismo protetor na qualidade das relações que estas estabelecem com o grupo de pares.

Na mesma linha de pensamento, um estudo recente, realizado por Lavadera, Ferracuti, e Togliatti (2012), concluiu que os casos em que as crianças não apresentavam uma aliança parental consistente, e onde um dos progenitores menosprezava o menor, estas tendiam a distorcer a realidade da família, mostravam menos respeito pela autoridade dos pais, dificuldades nos relacionamentos com os pares, problemas de identidade, sentimentos de abandono e uma menor afetividade, e ainda, demonstravam comportamentos manipulativos. A qualidade da aliança parental tende a afetar a adaptação das crianças, já que vários estudos têm demonstrado uma relação entre baixos níveis de coparentalidade e os problemas de adaptação psicossocial dos menores. Por exemplo, McConnel e Kerig (2002) verificaram que os relatos das mães sobre os problemas do comportamento geral, de externalização e de internalização, bem como, a ansiedade dos rapazes, estavam relacionados com a aliança parental, enquanto nos relatos dos pais-homens não existiram correlações significativas tanto em raparigas como rapazes.

Num estudo, conduzido por Teubert e Pinquart (2010), observou-se a existência de associações negativas entre a aliança parental e os problemas de internalização e de externalização em crianças e adolescentes, porém com efeitos pequenos. Além disso, os autores verificaram que mesmo após o controlo da relação marital, a aliança parental permaneceu relacionada com os problemas de internalização e de externalização dos menores.

Deste modo, a literatura realça a existência de uma conexão significativa entre a aliança parental e os problemas comportamentais e emocionais nos menores, sendo que, a aliança entre os pais tende a influenciar positiva ou negativamente os papéis parentais que estes adotam e, conseqüentemente, o bem-estar dos seus filhos (Bearss & Eyberg, 1998). Por exemplo, Kwon e colaboradores (2013) observaram que a qualidade de aliança parental não tinha uma influência direta na adaptação das crianças e no desenvolvimento socio-emocional. No entanto, os autores verificaram a existência de uma relação mediadora entre a qualidade de aliança parental e as competências socio-emocionais das crianças através de uma orientação dedicada e carinhosa das mães.

A coparentalidade é, então, vista como um fator-chave no desenvolvimento do menor e na qualidade da relação que esta estabelece com os pais, onde, por exemplo, uma relação coparental baseada em conflitos está fortemente relacionada com os problemas comportamentais e emocionais de crianças e adolescentes (Caldera & Lindsey, 2006; Feinberg, 2003; Margolin et al., 2001; McHale, Kuersten-Hogan, & Rao, 2004). Pode afirmar-se, então, que uma forte relação de coparentalidade permite assegurar o crescimento estruturado da criança (Abidin, 1992) e que o conflito conjugal não é a principal causa das desadaptações que ocorrem nas crianças, mas são-no as incongruências parentais relativas às questões relacionadas com a parentalidade (Abidin & Brunner, 1995).

Em geral, a qualidade da parentalidade, de um modo geral, desempenha um papel importante no desenvolvimento da criança. De acordo com Feinberg (2003), a coparentalidade assume uma influência fundamental do comportamento parental e por este motivo, a aliança parental pode exercer um papel determinante no que se refere à adaptação da criança. Similarmente aos estudos referidos acima, Konold e Abidin (2001) observaram a existência de uma relação significativa entre a percepção de aliança parental dos pais e a adaptação comportamental das crianças.

Num estudo realizado por O'Leary, Franzonni, Brach, e Zirps (1996, citados por Fauchier & Margolin, 2004), verificou-se que os progenitores que se vêem a si próprios como figuras parentais eficazes têm mais probabilidade de verem os ex-cônjuges da mesma forma. Deste modo, um sentimento de bem-estar associado a uma boa relação com o ex-cônjuge potencia a confiança nas suas capacidades parentais e maior satisfação na concordância de suporte à criança. Por outro lado, numa relação onde imperam os conflitos, verifica-se não só um efeito negativo direto nas crianças, mas em todo o sistema familiar, afetando os pais de forma indireta e recíproca.

No mesmo sentido, num estudo de Pires (2008), composto por 423 indivíduos casados e com filhos, com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos, os autores concluíram que a existência de uma perturbação psicológica na mãe ou no pai estava positivamente associada aos níveis de conflitos entre o casal, o que contribuía para a diminuição dos níveis de aliança parental percebida. Além disso, o estudo sugeriu que a partilha de cuidados e tarefas com os menores, a cooperação, as emoções positivas, a harmonia e os elevados níveis de autoestima individual estavam também relacionados com níveis elevados de aliança parental.

Deste modo, a presença de elevados níveis de conflitos conjugais, perturbações psicológicas nos pais como, por exemplo, a depressão, agressões verbais e físicas entre os pais, insatisfação conjugal e emoções negativas, estão associados a relações pais-filhos menos harmoniosas e mais rejeitantes, bem como, a problemas na educação da criança (e.g., disciplina inconsistente, afastamento e negligência, estilo parental autoritário e baixas expectativas de autocontrolo) (Pires, 2008). Contrariamente, os fatores positivos, nomeadamente, a partilha dos cuidados e das tarefas com a criança, cooperação, emoções positivas, harmonia, satisfação com o casamento, estão associadas a uma relação pais-criança mais harmoniosa, próxima e comunicativa (Fauchier & Margolin, 2004).

Portanto, problemas na qualidade da relação emocional entre os pais e as crianças, em combinação com práticas parentais ineficazes, podem potenciar comportamentos negativos e problemas de adaptação nos menores. De acordo com Fauchier e Margolin (2004), uma relação emocional pais-filhos positiva e um estilo de disciplina consistente e democrático estão associados a uma boa autoestima, boas competências sociais e cognitivas, ajustamento emocional positivo e baixos níveis de problemas nas crianças, quer em famílias casadas, como em divorciadas.

Como foi referido anteriormente, a aliança parental tem em conta o relacionamento conjugal e a parentalidade, visto que o primeiro influencia o segundo (Margolin et al., 2001; Talbot & McHale, 2004). Assim, a aliança parental pode ser considerada como um interveniente entre ambos, uma vez que a colaboração entre os progenitores pode influenciar tanto a maneira como estes interagem com os seus filhos, como também, o modo como eles respondem às exigências dos seus papéis parentais (Margolin et al., 2001). Além disso, alguns estudos têm demonstrado que as mães com perceções da qualidade de aliança parental baixas pertencem tendencialmente a famílias cujas tarefas de cuidados não são compartilhadas e em que existem índices de conflito interpessoal mais elevados e uma menor qualidade conjugal (Margolin et al., 2004; Monteiro, Verissimo, Castro, & Oliveira, 2006; Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005).

Deste modo, a aliança parental é um fator importante que explica a forma como o casamento está ligado às experiências parentais. Um grande número de estudos empíricos tem atestado que a aliança parental é uma mediadora dos efeitos da qualidade marital nas experiências parentais (Holland & McElwain, 2013; Floyd et al., 1998; Margolin et al., 2001). De acordo com Floyd, Gilliom, & Costigan (1998), um relacionamento conjugal satisfatório e

de suporte pode potencializar o desenvolvimento e a manutenção de uma forte aliança parental. Por outro lado, dificuldades no relacionamento conjugal diminuem a eficácia da aliança parental (Belsky, 1984; Burman, John, & Margolin, 1987; Fauber & Long, 1991; Jouriles & Farris, 1992; citados por Floyd, Gilliom, & Costigan, 1998).

Para Talbot e McHale (2004) são as questões relacionadas com a parentalidade, e não as questões conjugais, que exercem uma maior influência no estabelecimento da relação de aliança parental. Por outro lado, a aliança parental tem sido apontada como um dos principais preditores dos estilos parentais adotados pelos progenitores (Abidin & Brunner, 1995; Feinberg, 2003). A título de exemplo, Morrill, Hines, Mahmood, e Córdova (2010) procuram analisar as relações entre a qualidade marital, a aliança parental e as práticas parentais em pais e mães. Os autores constataram que os níveis de aliança parental, tanto paternos como maternos, estavam positivamente relacionados com as próprias práticas parentais dos progenitores e também com a qualidade marital. Além disso, verificou-se que a qualidade marital de ambos os progenitores não estava associada às respectivas práticas parentais, sugerindo que os efeitos indiretos da coparentalidade são mais robustos do que os efeitos diretos da relação conjugal face à parentalidade. Estes resultados ajustam-se à conceptualização sobre a posição mais proximal da aliança parental a cada um dos sistemas (i.e., o casamento e a parentalidade) do que estes são a cada um.

Ainda na investigação elaborada por Morrill e colaboradores (2010), as percepções dos homens sobre a qualidade do respetivo casamento e a aliança parental contribuíram mais para a sua coparentalidade e parentalidade, respetivamente, do que as percepções maternas. Deste modo, este estudo demonstrou empiricamente dois modelos distintos em que a aliança parental serve como “centro” do processo familiar para ambos os progenitores: a) como parte de uma cadeia indireta, iniciando com o relacionamento conjugal e terminando em práticas parentais; ou ainda, b) como um condutor simultâneo de ambos (i.e., relações maritais e práticas parentais).

A capacidade dos progenitores para instituir o apoio coparental proporciona-lhes os recursos necessários para a utilização de práticas parentais eficazes (Feinberg, 2003; Morrill et al., 2010). Por outro lado, uma aliança parental hostil e competitiva pode gerar tensão nas interações entre pais e filhos (Feinberg, Kan, & Hetherington, 2007).

Além disso, o envolvimento dos pais-homens na educação dos filhos pode também ser influenciado pela aliança parental. Por exemplo, Carlson, McLanahan, e Brooks-Gunn (2008)

verificaram que a aliança parental previa significativamente o envolvimento dos pais-homens na vida dos filhos, enquanto o envolvimento dos mesmos não tinha um grande efeito na aliança parental.

Por outro lado, o tipo de ligação entre as figuras parentais e os filhos, anterior e posteriormente ao divórcio, parecem também influenciar a aliança parental, sobretudo na relação entre o pai-homem e o menor. Por exemplo, Grzybowski e Wagner (2010) verificaram no seu estudo que os pais-homens justificam o afastamento ou a proximidade dos filhos de acordo com o sentimento que têm por eles e o grau de reciprocidade dos mesmos. Assim, os pais-homens que estão mais afastados dos filhos são aqueles cujos menores não são desejados ou não demonstraram a falta dos mesmos.

Deste modo, muitos são os fatores que têm sido distinguidos como favoráveis para os níveis de aliança parental e o envolvimento paterno, podendo-se destacar como alguns exemplos, o bom relacionamento do pai com a criança e, por sua vez, com a mãe, a satisfação com a paternidade independentemente do estado civil, a clareza da parentalidade enquanto pais, o respeito e a influência que o progenitor exerce sobre a vida da criança e a proximidade física (Amato & Gilbreth, 1999; Erera, Minton, Pasley, & Mandel, 1999; Nielsen, 1999; Stone & McKerny, 1998; Thompson & Laible, 1999; Walker & McGraw, 2000).

Em geral, conceptualmente, alguns autores (Feinberg, 2003; Grzybowski & Wagner, 2010) realçam que o funcionamento familiar está dinamicamente interdependente das características individuais e dos níveis de bem-estar psicológico dos seus membros, dos microprocessos familiares (i.e., conjugalidade, parentalidade, aliança parental e relações entre irmãos) e de fatores ecologicamente externos a si (e.g., ambiente e espaço comunitários, sistemas públicos de serviços sociais e de saúde).

Assim, a aliança parental não pode ser conceptualizada apenas como um substrato ou ramificação da relação conjugal, mas sim como um subsistema autónomo com mecanismos e características idiossincráticos e diferenciáveis dos processos relacionais dos subsistemas conjugal e parental (Feinberg, 2003). Por consequência, segundo Lindsey e Caldera (2006) a aliança parental assume uma dimensão sistémica e triádica pai-mãe-filho. Além disso, trata-se de um processo bidirecional, na medida em que ambos os progenitores afetam e são afetados pelos comportamentos e atitudes de ambos (Gordon & Feldman, 2008; Van Egeren & Hawkins, 2004).

Em suma, a literatura aponta para a complexidade da aliança parental, em que diversos aspetos são passíveis de influenciar e serem influenciados pela parentalidade e pelo relacionamento conjugal (e.g., Floyd et al., 1998; Margolin et al., 2001; Talbot & McHale, 2004).

Além disso, a aliança parental tem sido identificada empiricamente como um dos principais preditores da adaptação psicológica de crianças e pais e do funcionamento familiar, quer em famílias nucleares intactas, quer em famílias com pais divorciados ou separados (e.g., Dorsey, Forehand, & Brody, 2007; Madden-Derdich, Leonard, & Christopher, 1999; Schoppe, Mangelsdorf, & Frosch, 2001; Teubert & Pinquart, 2010). Assim, a aliança parental é um constructo importante no estudo dos subsistemas familiares e da parentalidade.

1.5. Evidência Empírica sobre as Propriedades Psicométricas do instrumento PAI

Neste ponto, serão expostos alguns estudos que procuraram explorar e analisar as características psicométricas do Inventário de Aliança Parental (PAI).

Este instrumento, desenvolvido por Abidin e Brunner (1995), foi administrado, pela primeira vez, a 186 mães e 75 pais, com pelo menos um filho, com idades compreendidas entre os 2 e os 6 anos de idade. Os participantes possuíam uma grande variedade de contextos socioeconómicos e foram recrutados em creches, consultórios de pediatria e serviços públicos na Virgínia.

Assim, os autores verificaram que o PAI apresentava uma consistência interna bastante satisfatória, visto que os valores do alfa de *Cronbach* foram elevados.

Relativamente à estrutura fatorial do instrumento, a análise dos componentes principais, extraiu três fatores independentes para os 30 itens da escala PAI. O primeiro fator era constituído por 18 itens e referia-se ao trabalho em equipa e ao respeito do outro pelo julgamento, representando 55 % da variância do instrumento. O segundo fator, por sua vez, era formado por 8 itens que explicavam 6% da variância da escala e representava o envolvimento do outro pai. Por último, o terceiro fator era composto por 4 itens que representavam 4 % da variância e dizia respeito à confiança que um dos pais deposita no outro pai. No entanto, os autores, atendendo às variâncias referidas acima, sugeriram que a escala era essencialmente unidimensional, representando, assim, o nível de aliança parental.

Em geral, os resultados desta primeira avaliação do PAI foram positivos e indicaram que o instrumento reuniu as condições necessárias para medir os níveis de aliança parental. Contudo, uma das limitações estabelecidas pelos autores foi o facto de a amostra ser insuficiente para que a validade e a utilidade do instrumento fosse estabelecida para a população americana (Abidin & Brunner, 1995).

Ao longo dos anos, este instrumento foi sendo cada vez mais útil de forma a testar os níveis de aliança parental existentes em diversas situações e associados a diversas variáveis. Diversos foram os estudos elaborados após esta investigação com a utilização do instrumento, embora nem sempre o tema se centrasse apenas na variável aliança parental. Além disso, pesquisas que se centralizassem apenas nas propriedades psicométricas do PAI são escassas; porém, a seguir, apresentamos alguns estudos que analisaram esta questão.

A título de exemplo, McBride e Rane (1998) realizaram um estudo exploratório com o objetivo de examinar a relação existente entre a percepção da aliança parental, a qualidade conjugal e a quantidade de envolvimento dos pais na educação dos seus filhos. No estudo, participaram 89 sujeitos, pertencentes à classe média, de famílias biparentais, e com filhos em idade pré-escolar (i.e., 3 a 5 anos). Os autores, ao analisarem os componentes principais, extraíram três fatores independentes para a escala PAI. De acordo com os critérios de inclusão do número de itens a cada fator, somente 28 itens foram inseridos nesta análise.

Assim, o primeiro fator era constituído por 12 itens, e dizia respeito à avaliação emocional de um dos pais em relação ao outro. Atendendo aos valores do alfa de *Cronbach*, os pais apresentaram uma consistência interna boa, enquanto nas mães, foi muito boa. O segundo fator era composto por 11 itens e relacionava-se com a filosofia e as percepções de paternidade compartilhada. Os valores de consistência interna foram bons para ambos os progenitores. Por fim, o último fator era formado por 5 itens e representava a confiança que um dos pais depositava no outro pai. Na amostra de mães, os valores do alfa de *Cronbach* foram relativamente elevados, sugerindo uma boa consistência interna para as mulheres, enquanto, nos homens, os valores foram razoáveis.

Mais tarde Konold e Abidin (2001) desenvolveram o PAM (Medida de Aliança Parental) que tinha como objetivo perceber a aliança parental entre os pais de crianças com idades compreendidas entre 1 e 19 anos de idade. Deste estudo participaram 1224 progenitores, nomeadamente, 879 mães e 345 pais. O PAM é um instrumento idêntico ao PAI, em que as medidas de cotação e os itens são os mesmos.

Este instrumento foi submetido a várias aplicações para que se pudesse verificar se reunia as condições necessárias para ser utilizado. Após todas as análises, os autores verificaram que o instrumento era bidimensional, uma vez que, era sustentado por dois fatores. Deste modo, o primeiro fator referiu-se à Comunicação e ao Trabalho em Equipa e era constituído por 17 itens. Por outro lado, o segundo fator relacionava-se com o Respeito e era composto por 3 itens. A consistência interna revelou níveis bastante satisfatórios para ambos os fatores.

Chamberlain (2002), por sua vez, realizou uma pesquisa com 54 pais e 55 mães de crianças, com idades compreendidas entre os quatro e os seis meses, e com o principal objetivo de avaliar a presença de uma relação negativa entre o stresse parental e a qualidade de aliança parental. Foi utilizado o PAI de forma a perceber os níveis de aliança parental, sendo que o instrumento apresentou uma consistência interna muito boa.

No estudo conduzido por Therrien (2003), o objetivo era verificar a qualidade da aliança parental e o funcionamento da criança em interação com os pais. Do estudo participaram pais de 53 crianças, 53 mães e 45 homens, sendo que a maioria era casada. Os resultados da análise de consistência interna indicaram que a escala global Aliança Parental apresentava uma consistência interna muito satisfatória ($\alpha = 0.97$).

Por sua vez, Abdo, Fischer, e Kmitta (2003) realizaram uma investigação sobre a aliança parental com 117 mulheres, mães de crianças portadoras de deficiência. Foi utilizado o PAM (Medida de Aliança Parental), que revelou uma consistência interna bastante satisfatória ($\alpha = 0.95$). Em relação à análise fatorial exploratória, os autores verificaram, tal como na escala original, a presença de dois fatores. Deste modo, o primeiro fator era delineado por 17 itens e dizia respeito à Comunicação e ao Trabalho em Equipa, sendo que representava 69.05% da variância. O segundo fator era composto por 3 itens e foi intitulado como o Respeito de um progenitor para com o outro.

Também Futris e Sullivan (2007) estudaram as características psicométricas do PAI (Inventário de Aliança Parental), com o objetivo de examinar a percepção de 74 mães adolescentes em relação à aliança parental. A pesquisa focou-se essencialmente nos comportamentos parentais e na coparentalidade entre as mães jovens e os respetivos pais dos filhos. É de salientar que as mães adolescentes não viviam em união de facto com os pais das suas crianças, contudo algumas mantinham um relacionamento amoroso com o pai do seu filho. Todas as participantes tinham apenas um filho, com idade inferior a 12 meses. Os

resultados deste estudo indicaram valores de fiabilidade satisfatória ($\alpha = 0.97$) na escala global de Aliança Parental.

Pires (2008), por sua vez, procurou analisar o comportamento de variáveis da conjugalidade e parentalidade (i.e., Aliança Parental), numa amostra com indivíduos casados e com filhos. Deste estudo fizeram parte 423 indivíduos, sendo que 206 eram do sexo masculino e 217 do sexo femininos. No que diz respeito à fiabilidade do PAI, a escala revelou uma consistência interna elevada.

Também Teves (2008) efetuou um estudo tendo como principal objetivo de explorar algumas das variáveis da parentalidade e da conjugalidade, e os efeitos que as respetivas variações provocam umas nas outras. Do estudo fizeram parte 393 indivíduos casados ou em união de facto, com filhos e com idades compreendidas entres os 20 e os 60 anos de idade. Os resultados da análise da consistência interna indicaram valores muito satisfatórios ($\alpha = 0.97$).

No estudo de Dardet, Garcia, Garcia, Lara, e Hidalgo (2010), com 301 mães, com uma média de idades de 40 anos. O principal objetivo foi observar as várias dinâmicas familiares, tanto a nível individual, como interpessoal e familiar. A fiabilidade do PAI nesta pesquisa foi muito satisfatória ($\alpha = 0.91$).

Barzel e Reid (2010), por sua vez, procuraram examinar a estrutura psicométrica das propriedades da coparentalidade em famílias com crianças portadoras de Diabetes Tipo I, entre os 8 e os 12 anos. Neste estudo, a escala PAM revelou uma única estrutura fatorial e níveis bons de consistência interna ($\alpha = 0.97$).

Gagnon (2012), com o objetivo de compreender melhor os determinantes do envolvimento parental na educação dos filhos, e de que forma estes influenciam a adaptação da criança, também recorreu ao instrumento PAI. Assim, participaram 70 famílias com filhos, sendo que 38 era do sexo masculino e 32 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 34 e 70 meses de idade. Os resultados revelaram que o instrumento tinha uma consistência interna muito satisfatória ($\alpha = 0.97$).

Recentemente, um estudo conduzido por Holland e McElwain (2013), analisou as perceções de apoio e confiança em relação à coparentalidade, na qualidade conjugal e na relação entre pai-filho(s). Deste estudo fizeram parte 122 famílias, onde todos os participantes que constituíam as mesmas encontravam-se casados. O PAI revelou uma fiabilidade muito boa.

Lamela, Castro, e Figueiredo (2013) procuraram validar o instrumento PAM para a população portuguesa e construir uma versão reduzida do mesmo (PAM-R). Para tal, a amostra foi composta, no total, por 182 progenitores, sendo que 116 eram mães.

A versão reduzida, construída pelos autores referidos anteriormente, era composta por 6 itens, seleccionados dos 20 itens da escala original, sendo que os procedimentos de cotação e interpretação foram iguais aos da escala original. A escala revelou ser unidimensional, uma vez que os itens constituíam exclusivamente uma dimensão latente global.

A consistência interna da escala foi satisfatória, visto que os valores foram elevados, o que indica que esta nova medida foi confiável e precisa. Deste modo, a PAM-R apresentou boa qualidade psicométrica, em termos de confiabilidade e validade de constructo. Contudo, os autores apontaram algumas limitações como o facto de esta escala reduzida avaliar apenas a coparentalidade numa visão global, impossibilitando uma avaliação mais intensificada e distinta das suas duas componentes (i.e., Respeito e Comunicação e Trabalho em Equipa).

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 2- Objetivos da investigação

Na sequência da revisão da literatura, seguem-se os objetivos gerais e específicos do presente estudo.

2.1. Objetivos gerais

- Estudar as propriedades psicométricas da versão portuguesa da Escala de Aliança Parental de Abidin e Brunner (1995);
- Descrever e caracterizar a Aliança Parental percebida por uma amostra de mães portuguesas.

2.2. Objetivos específicos

Para além do estudo das características psicométricas da Escala Aliança Parental, são objetivos específicos:

- Caracterizar as participantes relativamente a um conjunto de variáveis sociodemográficas;
- Analisar a relação entre estas variáveis e a Aliança Parental percebida.

Capítulo 3 – Método

Neste capítulo iremos apresentar o desenho do estudo, a amostra (técnica de amostragem e caracterização da amostra), os instrumentos utilizados e os procedimentos de recolha de dados e de análise estatística.

3.1. Desenho do estudo

Estamos na presença de um estudo quantitativo, com um desenho transversal, exploratório, de plano descritivo e correlacional.

Este tipo de estudo permite avaliar a existência de relações entre as variáveis e permite também qualificá-las, mas não permite determinar relações de causalidade entre as mesmas (Almeida & Freire, 2008).

Deste modo, pretendemos verificar se existe alguma associação entre as variáveis estudadas. Tendo em conta que o nosso estudo tem um carácter exploratório, não foram formuladas hipóteses, sendo as análises conduzidas segundo os objetivos descritos.

3.2. Amostra

Neste ponto seguem-se a técnica de amostragem e a descrição e caracterização geral da amostra em estudo.

3.2.1 Técnica de Amostragem

Participaram no presente estudo 120 mães provenientes de famílias normativas da população portuguesa do sul de Portugal. Destas 120 entrevistadas, dois questionários foram inválidos, deste modo a nossa amostra passou a ser de 118 mães.

Trata-se de uma amostragem de conveniência ou intencional, estabelecendo-se como critérios de inclusão ter pelo menos um filho a residir em casa, com idade compreendida entre os 0 e os 18 anos, e como critérios de exclusão, participantes que apresentassem qualquer tipo de alterações cognitivas ou de compreensão da língua, que pudessem comprometer a perceção das questões dos instrumentos aplicados.

3.2.2 Descrição e caracterização da amostra

A amostra é constituída por 118 mães, com idades compreendidas entre os 21 e os 58 anos ($M = 39.00$, $DP = 7.22$) (Tabela 1), de nacionalidade portuguesa, nacionalidade portuguesa ($N = 118$, 100%).

Tabela 1. Distribuição da amostra segundo a idade

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Idade das participantes	118	39.00	7.22	21	58

Na Figura 1, observamos que a grande maioria das mães entrevistadas encontra-se casada ou em união de facto ($N = 103$, 87.3%), enquanto as participantes separadas ou divorciadas representam 11.9% ($N = 14$) da amostra, e apenas uma das participantes é solteira (0.8 %).

A duração média das relações conjugais é de 13.04 anos ($DP = 7.4$, Amp 2 - 30 anos).

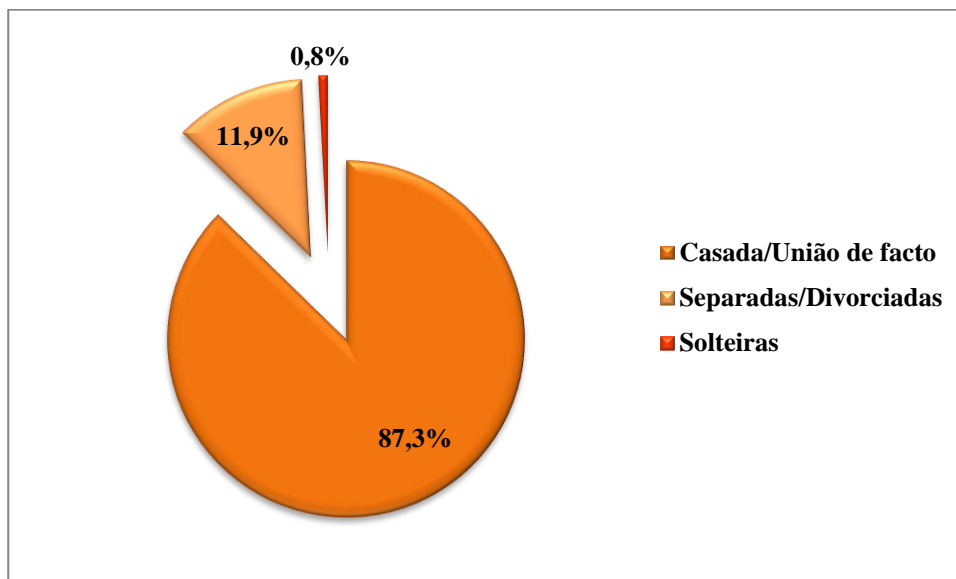


Figura 1. Caracterização da amostra segundo o estado marital das participantes

Relativamente ao número de filhos (Tabela 2), a maioria das participantes tem dois filhos (n = 64, 54.2%), 37.3% tem apenas 1 filho (n = 44), 7.6% tem três filhos (n = 9) e somente uma mãe tem cinco filhos (0.8 %). Em média, as mães entrevistadas têm 1.73 filhos no agregado familiar.

Tabela 2. Distribuição da amostra segundo o número de participantes

	n	%
1	44	37.3
2	64	54.2
3	9	7.6
5	1	0.8
Total	118	100.0

Na Figura 2, verificámos que a maioria das mães possui um nível escolaridade elevado, visto que 37.3% (n = 44) completaram o ensino superior, 5.1% (n = 6) têm ensino universitário incompleto. Além disso, 29.7% (n = 35) completou o ensino secundário, enquanto 3.4% (n = 4) não completaram o mesmo. É de salientar que 9.3% das participantes (n = 11) não concluíram o antigo ensino obrigatório de 9 anos de escolaridade.

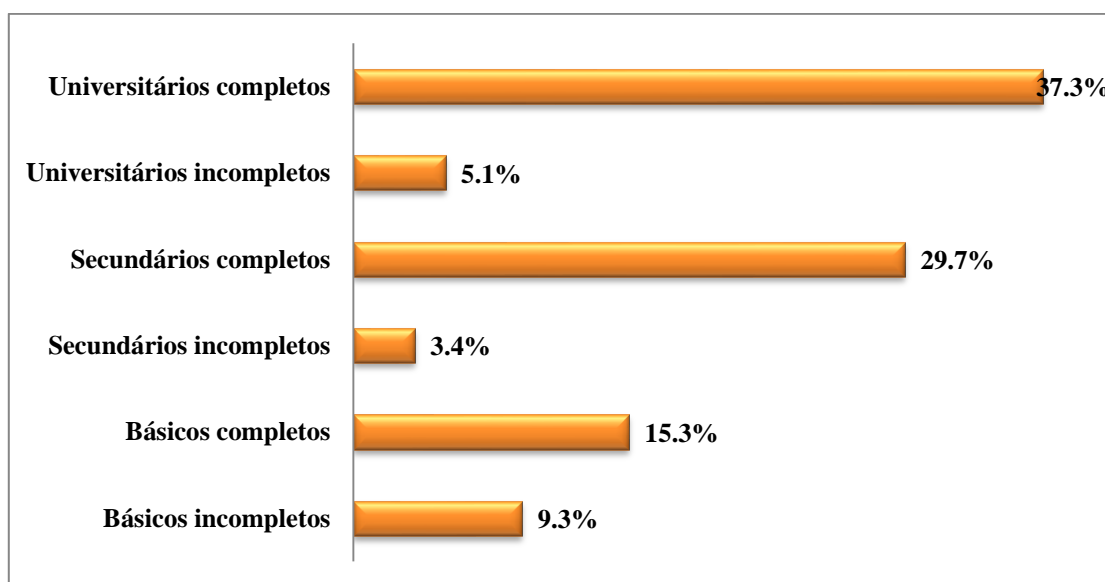


Figura 2. Distribuição da amostra segundo o nível de escolaridade

Em relação à situação laboral das participantes (Figura 3), verificámos que a maioria (n = 96, 81.4%) está empregada, e possui trabalhos de alta qualificação (n = 41, 34.7%) e média qualificação (n = 31, 26.3%).

Neste seguimento, a maioria das mães empregadas tem um trabalho regular (n = 85, 72.0%), contrariamente 10.2% da amostra não tem trabalho regular (n = 12). No que diz respeito a contrato de trabalho podemos verificar que 79 participantes empregadas possuem contrato de trabalho (66.9%), enquanto 18 mães não têm contrato laboral (15.3%).

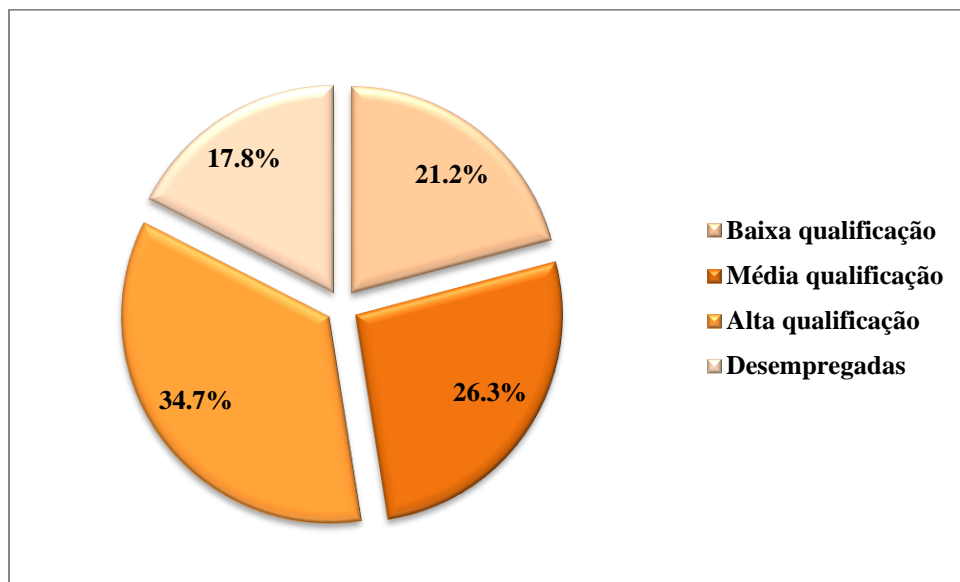


Figura 3. Distribuição da amostra segundo o tipo de trabalho

As famílias apresentaram uma grande variabilidade nos seus rendimentos mensais (Tabela 3), onde em média usufruíam de 1500.00 € (DP = 960.50) num intervalo de 420 a 6000 euros. Na maioria das famílias (n = 89, 75.4%), os rendimentos eram estáveis (i.e., os rendimentos vinham todos os meses e o valor dos mesmos tinha pouca ou nenhuma variabilidade).

Relativamente aos rendimentos laborais de cada participante, verificámos que a média mensal é de 800.00 € (DP = 473.34), existindo uma elevada amplitude, já que os valores que oscilaram entre os 100 e os 3000 € mensais.

Tabela 3. Distribuição da amostra segundo os rendimentos mensais familiares e laborais

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Rendimentos familiares	118	1500.00	960.50	420	6000
Rendimentos laborais	118	800.00	473.34	100	3000

Em relação à proveniência dos rendimentos mensais podemos verificar que 98.3% (n = 116) derivam somente do trabalho e 1.7 % (n = 2) da combinação entre trabalho e apoio social¹. No que se refere aos principais contribuidores, observamos que 44.7% (n = 105) e 42.1% (n = 99) provinham da própria e do companheiro, respetivamente. Além disso 3.8 % (n = 9) recebiam ajuda mensal dos pais e/ou sogros, 8.5% (n = 20) dos filhos² e 0.9% (n = 2) do apoio social.

No que concerne à estrutura familiar, 87.3 % da amostra (n = 103) pertence a uma família biparental e 12.7 % (n = 15) apresenta uma estrutura monoparental (Figura 4).

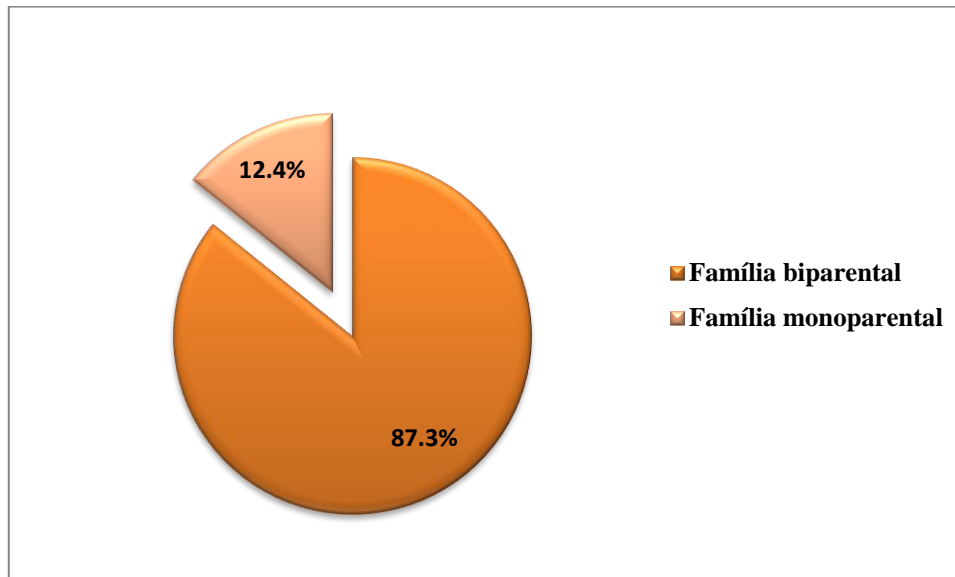


Figura 4. Distribuição da amostra segundo a estrutura familiar

¹ Refere-se ao Rendimento Social de Inserção (RSI).

² Diz respeito aos abonos familiares e às pensões de alimentação.

Relativamente à extensão da família no lar (Figura 7), observámos que 94.1% da amostra não tem uma família extensa (n = 111), já uma menor parte das participantes pertence a uma família extensa (n = 7, 5.9%).

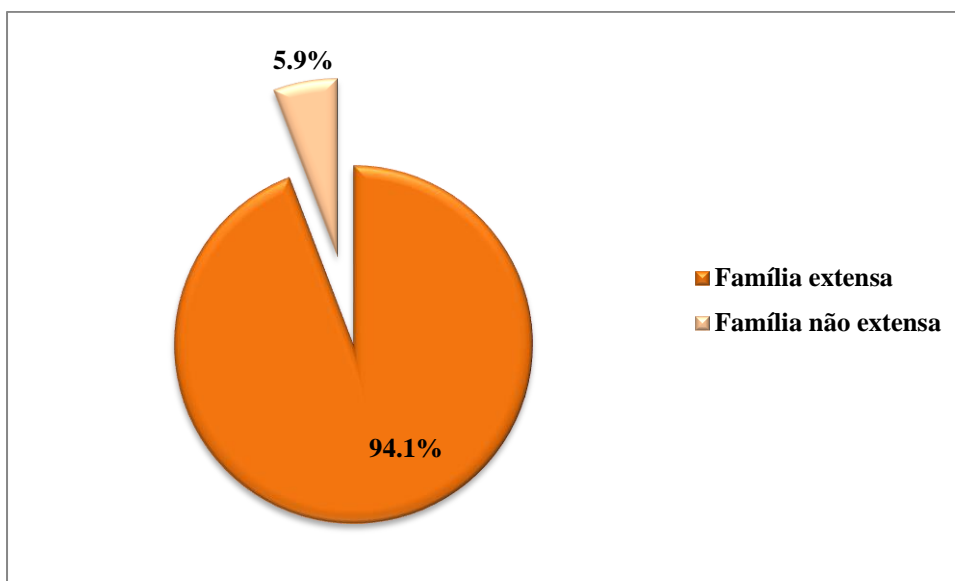


Figura 5. Distribuição da amostra segundo a extensão familiar

A estabilidade familiar da amostra é representada por 96.6% (n = 114), contrariamente 3.4% das mães (n = 4) não estão inseridas numa família estável (i.e., existem mudanças no agregado familiar).

Tabela 4. Distribuição da amostra segundo a composição do agregado familiar

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Número de pessoas que convivem no lar	118	3.67	0.91	2	7
Menores de 18 anos no agregado familiar	118	1.43	0.62	0	4
Menores de 14 anos no agregado familiar	118	1.09	0.67	0	2
Número de pessoas na família extensa	118	0.12	0.49	0	3

Em relação à composição do agregado familiar (Tabela 4), podemos verificar que, em média, vivem 3.67 pessoas no agregado (DP = 0.906, Min = 2, Max = 7), 1.43 são menores de 18 anos (DP = 0.62, Min = 0, Max = 4) e 1.09 são menores de 14 anos (DP = 0.67, Min = 0, Max = 2).

Tabela 5. Distribuição da amostra relativamente à habitação

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Número de quartos na habitação	118	2.98	0.85	1	7
Tamanho da habitação (m ²)	118	130.46	47.34	50	300

O tamanho médio das habitações das mães entrevistadas corresponde a 130.46 m² (DP = 47.34, Amp = 50 – 300 m²) e a média do número de quartos por habitação é de 2.98 (DP = 0.85, Min = 1, Max = 7) (Tabela 5).

3.3. Instrumentos de recolha de dados

Para realizarmos este estudo e recolhermos as informações das mães que participaram no estudo utilizámos os seguintes instrumentos: um Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares (Nunes, Lemos, & Guimarães, 2011) e o *Parenting Alliance Inventory* (PAI) (Abidin & Brunner, 1995).

3.3.1 Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares

Este questionário foi aplicado com o objetivo de recolher informações sociodemográficas e familiares, bem como questões de carácter clínico, necessárias e relevantes para a realização do estudo. O questionário enunciado foi desenvolvido por Nunes, Lemos, e Guimarães (2011).

O questionário sociodemográfico e familiar destinado às mães participantes estava, por sua vez, distribuído em cinco partes:

- a) Dados de Identificação: questões da 1 à 8 referentes aos dados pessoais (i.e., idade, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade e situação laboral);
- b) Dados Escolares: questão 9 relativa às habilitações literárias da mãe entrevistada;
- c) Genograma: questões da 10 à 12 que dizem respeito à estrutura do contexto familiar (i.e., estabilidade familiar, tipo de família, composição familiar, etc.). Nesta parte do

questionário existe ainda um campo para elaborar um genograma familiar com três gerações;

- d) Rendimento Familiar: questões 15 e 16 sobre a estabilidade do rendimento, a quantia mensal e os contribuidores do rendimento familiar;
- e) Pessoas com quem vive: representa a última parte do questionário e retrata o agregado familiar (i.e., grau de parentesco, data de nascimento, habilitações literárias, profissão/ocupação, etc.) (Ver anexo A).

3.3.2 Parenting Alliance Inventory (PAI)

Este instrumento é denominado de *Parenting Alliance Inventory* (Abidin & Brunner, 1995) e foi traduzido para a língua portuguesa por Nunes e Lemos (2010), sendo designado por Inventário de Aliança Parental (PAI). O PAI avalia o grau de colaboração, de comunicação e de concordância que existe entre o pai e a mãe relativamente à educação dos seus filhos.

Deste modo, este instrumento avalia uma dimensão específica da relação parental, o apoio que existe entre os pais ou o casal, de acordo com o desempenho destes, sendo esta dimensão designada como aliança parental (Abidin & Brunner, 1995).

O inventário de aliança parental é constituído por 20 itens de autorresposta, de acordo com a escala de tipo *Likert* de 5 pontos (1 = “Não, totalmente em desacordo” e 5 = “Sim, totalmente de acordo”, sendo este um instrumento de avaliação parental é constituído por duas versões: a versão da mãe e a versão do pai. Este instrumento pode ser aplicado independentemente da situação conjugal e do facto da pessoa que exerce as funções parentais ser ou não o pai biológico do menor. Relativamente ao cálculo do resultado global da aliança parental, é necessário somar os valores obtidos correspondentes aos 36 itens (Abidin & Brunner, 1995) (Ver anexo B).

Dimensões	Instrumento		Características
Individuais	Dados sociodemográficos, educativos e profissionais	Questionário de dados sociodemográficos e familiares (Nunes, Lemos, & Guimarães, 2011)	Entrevista
Interpessoais	Relação do Casal: Aliança Parental.	PAI (Abidin & Brunner, 1995)	Autoaplicável (36 itens)
Familiares	Informação sociodemográfica, económica e profissional.	Questionário de dados sociodemográficos e familiares (Nunes, Lemos, & Guimarães, 2011)	Entrevista

Tabela 6. Dimensões avaliadas, instrumentos e características dos mesmos

3.4. Procedimentos

Neste ponto apresentamos os procedimentos utilizados referentes à recolha, e à análise e tratamento de dados.

3.4.1 Procedimento de recolha de dados

De forma a recolher os dados, inicialmente obtivemos os consentimentos informados das participantes, que colaboraram no nosso estudo (ver anexo C). No começo da entrevista de recolha de dados explicámos os objetivos do projeto de investigação, salientando a natureza anónima e confidencial das respostas aos questionários e mostrando a disponibilidade para esclarecer quaisquer dúvidas que pudessem surgir sobre o conteúdo dos mesmos.

Os instrumentos foram aplicados através de uma entrevista individual com a duração aproximada de 60 minutos. As entrevistas foram realizadas no domicílio das mães.

3.4.2 Análise e tratamento dos dados

Para analisar os dados foram utilizados métodos de estatística descritiva: frequências absolutas e relativas, desvios-padrão, médias e medianas. A fim de efetuar os contrastes de proporções e médias utilizámos testes de *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*. Para estabelecer relações de associação entre variáveis efetuámos testes de correlação de *Pearson* e de *Spearman*, consoante a natureza métrica das variáveis. Na análise de correlações foram considerados os seguintes valores: correlações muito fracas com valores inferiores a 0.20, correlações fracas entre os 0.20 e os 0.40, correlações moderadas até 0.60, correlações fortes com valores inferiores a 0.80 e correlações muito fortes com valores superiores a 0.80. A consistência interna foi medida pelo *Alfa* de *Cronbach* e a validade de constructo foi estudada através de análise fatorial exploratória das escalas, através do método de componentes principais com rotação ortogonal (*Varimax*), teste de normalização de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e com o teste de esfericidade de *Bartlett*. O nível de significância considerado foi de 0.05.

Capítulo 4 - Apresentação dos resultados

Neste capítulo procedemos ao estudo das propriedades psicométricas do instrumento utilizado na nossa investigação, a Escala de Aliança Parental (PAI) de Abidin e Brunner (1995).

Num primeiro momento apresentaremos a distribuição das respostas obtidas na Aliança Parental, seguidamente a análise da consistência interna e a análise da estrutura fatorial do instrumento. Por último, exploraremos as relações existentes entre as variáveis avaliadas, como também, a comparação entre grupos caracterizados segundo as características sociodemográficas e familiares nos níveis de Aliança Parental percebidos.

4.1. Estudo das características psicométricas da escala

4.1.1 Caracterização da distribuição das respostas da escala Aliança Parental

Na tabela que se segue são apresentadas as médias, os desvios-padrão e a amplitude (mínimo e máximo) das pontuações obtidas pela amostra total na escala PAI.

Tabela 7. Estatísticas descritivas do instrumento Pai (N=118)³

	N	M	DP	Mínimo	Máximo
Aliança Parental	118	82.74	16.82	24.00	100.00

Relativamente à escala PAI (Tabela 7), a amplitude das respostas foi bastante elevada (DP = 16.82, Min = 24, Max = 100). Em média, as mães apresentaram um índice de aliança parental de 82.74 pontos. Dado que a pontuação máxima possível neste instrumento é de 100, podemos considerar que o nível de aliança parental percebido pelas participantes é elevado.

³ Duas das mães que participaram no estudo não responderam, uma vez que estão divorciadas e os ex-cônjuges já não exercem o papel parental.

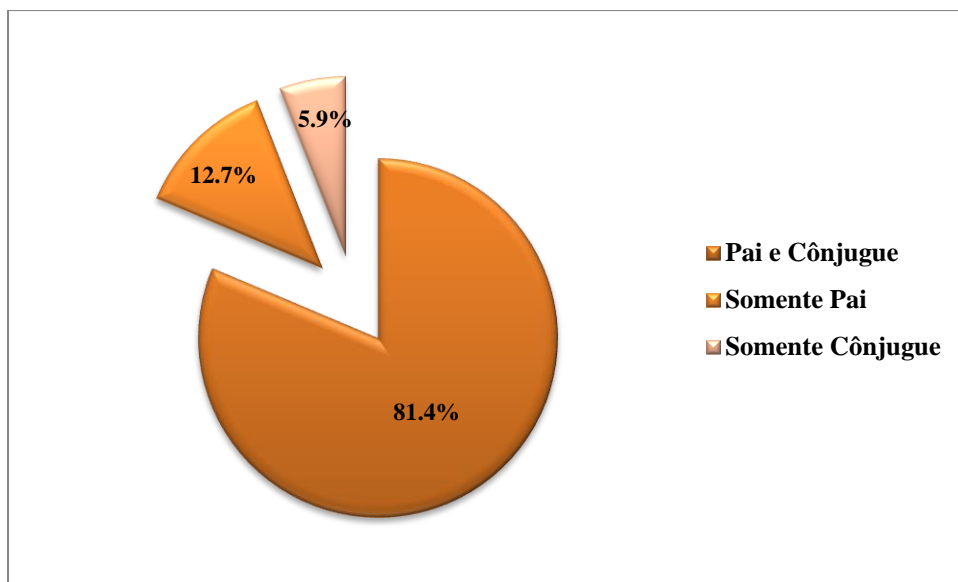


Figura 6. Distribuição das respostas de Aliança Parental segundo o tipo de figura parental

Quando preenchido o instrumento, das 118 mães inquiridas, 81.4% das respostas referem-se ao pai dos filhos que atualmente é o marido, 12.7% ao pai dos filhos que atualmente já não é o marido, e 5.9% ao atual companheiro (Figura 6).

4.1.2 Estudos de fidelidade da escala PAI

A fidelidade do instrumento PAI foi avaliada através da consistência interna (i.e., homogeneidade dos itens). A fim de avaliar a consistência interna, recorremos ao alfa de *Cronbach*, visto que as respostas do instrumento PAI são do tipo *Likert* de 5 pontos que se distribuem numa escala ordinal. Deste modo, na Tabela 8, estão representados os valores do coeficiente de alfa de *Cronbach* para a escala PAI.

Tabela 8. Consistência interna do instrumento PAI (N=118)

	α	$M r_{it}^4$
Aliança Parental	0.972	0.632

⁴ Média da correlação inter-item.

Na Tabela 8, observámos que a escala global Aliança Parental apresenta uma consistência interna muito satisfatória ($\alpha = 0.972$), visto que o alfa de *Cronbach*⁵ é superior 0.90. A média da correlação inter-item para a Aliança Parental total é de 0.632, o que representa uma associação forte, uma vez que o valor do r de *Pearson* situa-se entre os 0.60 e os 0.80.

Na Tabela 9, observamos que as correlações item-total (i.e., as correlações entre um determinado item e a pontuação total da escala) oscilaram entre os 0.465 e os 0.902, representando associações entre o moderado e o muito forte. É de salientar que o item 12 apresenta a pior correlação item-total, enquanto no item 4 o coeficiente r foi o mais elevado ($r = 0.902$).

Ainda na Tabela 9, podemos constatar que o item 1 ($\alpha = 0.973$) e o item 12 ($\alpha = 0.973$), são os itens que apresentam o nível de consistência interna mais elevado, enquanto os itens 4 ($\alpha = 0.969$) e 11 ($\alpha = 0.969$), são os que apresentam um nível de consistência interna inferior. Ainda assim, se estes últimos fossem eliminados não modificariam a qualidade da consistência interna da escala de Aliança Parental, uma vez que os valores seriam superiores a 0.70.

⁵ De acordo com Field (2009), os valores do coeficiente alfa de *Cronbach* inferiores a 0.60 são inaceitáveis, entre 0.60 e 0.70 é fraco, entre 0.70 e 0.80 é razoável, entre 0.80 e 0.90 é bom e superior a 0.90 é muito bom.

Tabela 9. Consistência interna dos itens do instrumento PAI (N=118)

	Correlações	α se item
	Item-Total	eliminado
O meu marido aprecia estar a sós com os nossos filhos (item 1)	0.629	0.973
Já antes que nascessem os nossos filhos, o meu marido demonstrou-me que confiava que eu poderia ser uma boa mãe (item 2)	0.612	0.972
Quando há algum problema relacionado com os nossos filhos procuramos juntos boas soluções (item 3)	0.859	0.970
O meu marido e eu entendemo-nos bem quando tratamos de temas relacionados com os nossos filhos (item 4)	0.902	0.969
O meu marido está disposto a sacrificar-se para atender os nossos filhos (item 5)	0.845	0.970
Faço tudo que é possível para falar com o meu marido sobre os nossos filhos (item 6)	0.740	0.971
O meu marido presta muita atenção aos nossos filhos (item 7)	0.860	0.970
O meu marido e eu estamos de acordo nas coisas que deixamos os nossos filhos fazerem ou não (item 8)	0.871	0.970
Quando vejo o meu marido fazer alguma coisa com os nossos filhos sinto-me muito unida a ele (item 9)	0.771	0.971
O meu marido sabe desenvencilhar-se bem com as crianças (item 10)	0.795	0.971
O meu marido e eu formamos uma boa equipa como pais (item 11)	0.899	0.969
O meu marido acha que sou uma boa mãe (item 12)	0.465	0.973
Acho que o meu marido é um bom pai (item 13)	0.874	0.970
O meu marido ajuda a tornar mais fácil cumprir com as minhas tarefas de mãe (item 14)	0.874	0.970
O meu marido e eu vemos os nossos filhos da mesma maneira (item 15)	0.842	0.970
Se tivéssemos que descrever os nossos filhos, eu e o meu marido diríamos praticamente o mesmo (item 16)	0.817	0.970
Quando temos que castigar os nossos filhos estamos de acordo sobre o que fazer (item 17)	0.722	0.971
Sinto-me bem com o que pensa o meu marido sobre o que é mais adequado para os nossos filhos (item 18)	0.857	0.970
O meu marido diz-me que sou uma boa mãe (item 19)	0.649	0.972
O meu marido e eu temos as mesmas aspirações para os nossos filhos (item 20)	0.804	0.971

4.1.3. Validade de constructo

4.1.3.1 Análise Fatorial

A fim de avaliarmos a estrutura do instrumento PAI utilizámos a análise fatorial exploratória, através do método de análise dos componentes principais, com rotação ortogonal (i.e., *varimax*), para analisar a carga fatorial de cada item.

A adequação da amostra foi verificada com a medida de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), apresentando valores excelentes⁶ (KMO = 0.948) para os procedimentos conduzidos na análise fatorial. Recorremos, ainda, ao teste de esfericidade de *Bartlett* ($\chi^2(190) = 2436.52, p = 0.000$), sugerindo que as correlações entre os itens eram suficientemente grandes para proceder à análise dos componentes principais.

Segundo o critério de *Kaiser*, os valores próprios (i.e., *eigenvalues*) superiores a 1.0 correspondem ao número de fatores/componentes que devem ser retidos. Além disso, mantiveram-se os itens com carga superior a 0.50⁷ para definir os fatores obtidos na análise fatorial.

Na Tabela 10, podemos observar que a análise dos componentes principais extraiu dois fatores independentes para os 20 itens da escala PAI, explicando 71.95% da variância total da escala.

Ainda na Tabela 10, podemos observar que o Fator 1 é constituído por 17 itens (i.e., itens 4, 8, 3, 13, 5, 7, 18, 11, 14, 15, 10, 17, 20, 6, 9, 16 e 1), onde os valores da carga fatorial dos mesmos oscilam entre os 0.689 (item 1) e os 0.845 (item 4). Este fator diz respeito à aliança parental e representa 66.13% da variância do instrumento.

O Fator 2, por sua vez, é composto pelos itens 12, 19 e 2 que explicam 5.82% da variância da escala e os valores da carga fatorial dos itens variam de 0.663 a 0.896. Os itens que compõem este fator dizem respeito à percepção do pai e/ou cônjuge em relação ao papel parental da mãe entrevistada.

⁶ Os valores de KMO menores que 0,5 são inaceitáveis, entre 0.5 e 0.7 são medíocres, entre 0.7 e 0.8 são bons, entre 0.8 e 0.9 são muito bons e acima de 0.9 são excelentes (Field, 2009).

⁷ De acordo com Field (2009), o critério para qualificação da carga fatorial é $r \geq 0.40$, preferencialmente, $r \geq 0.50$.

Tabela 10. Análise Fatorial Exploratória do Instrumento PAI (N = 118)

	Fator 1	Fator 2	h²
O meu marido e eu entendemo-nos bem quando tratamos de temas relacionados com os nossos filhos (item 4)	0.845	0.355	0.840
O meu marido e eu estamos de acordo nas coisas que deixamos os nossos filhos fazerem ou não (item 8)	0.844	0.299	0.801
Quando há algum problema relacionado com os nossos filhos procuramos juntos boas soluções (item 3)	0.834	0.289	0.779
Acho que o meu marido é um bom pai (item 13)	0.832	0.327	0.799
O meu marido está disposto a sacrificar-se para atender os nossos filhos (item 5)	0.829	0.279	0.764
O meu marido presta muita atenção aos nossos filhos (item 7)	0.825	0.313	0.778
Sinto-me bem com o que pensa o meu marido sobre o que é mais adequado para os nossos filhos (item 18)	0.817	0.324	0.773
O meu marido e eu formamos uma boa equipa como pais (item 11)	0.816	0.405	0.830
O meu marido ajuda a tornar mais fácil cumprir com as minhas tarefas de mãe (item 14)	0.793	0.404	0.793
O meu marido e eu vemos os nossos filhos da mesma maneira (item 15)	0.776	0.376	0.743
O meu marido sabe desenhencilhar-se bem com as crianças (item 10)	0.768	0.293	0.675
Quando temos que castigar os nossos filhos estamos de acordo sobre o que fazer (item 17)	0.757	0.162	0.599
O meu marido e eu temos as mesmas aspirações para os nossos filhos (item 20)	0.735	0.379	0.684
Faço tudo que é possível para falar com o meu marido sobre os nossos filhos (item 6)	0.734	0.249	0.600
Quando vejo o meu marido fazer alguma coisa com os nossos filhos sinto-me muito unida a ele (item 9)	0.729	0.319	0.634
Se tivéssemos que descrever os nossos filhos, eu e o meu marido diríamos praticamente o mesmo (item 16)	0.710	0.455	0.711
O meu marido aprecia estar a sós com os nossos filhos (item 1)	0.689	0.099	0.485
O meu marido acha que sou uma boa mãe (item 12)	0.104	0.896	0.813
O meu marido diz-me que sou uma boa mãe (item 19)	0.386	0.742	0.700
Já antes que nascessem os nossos filhos, o meu marido demonstrou-me que confiava que eu poderia ser uma boa mãe (item 2)	0.385	0.663	0.588
Valores Próprios (Eigenvalues)	13.23	1.16	
Variância Explicada (%)	66,13	5.82	
Variância Acumulada (%)	66.13	71.95	

A decisão quanto ao número de fatores a considerar foi apoiada no *scree-plot*, isto é, o gráfico que reflete o contributo de cada fator para a variância total dos dados, onde o ponto de inflexão indica o número apropriado de componentes a reter (Figura 7).

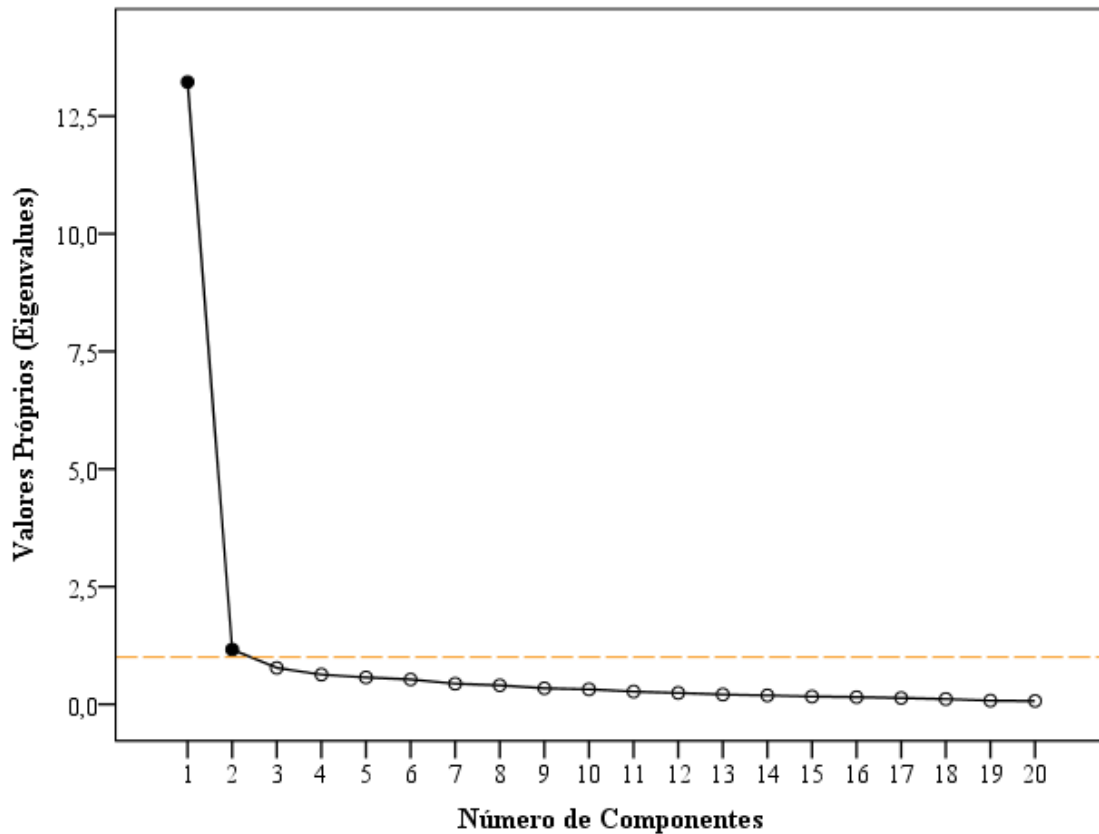


Figura 7. *Scree-plot* de Cattell com os itens da escala PAI

A visualização do *Scree-plot* de Cattell (Figura 7) e o critério de Kaiser (valores próprios superiores a 1) indicam-nos que a solução suporta uma estrutura fatorial de dois componentes.

4.2. Resultados ao nível da Aliança Parental percebida pelas mães

Tabela 11. Correlações entre a Aliança Parental e as Variáveis Sociodemográficas e Familiares (N=118)

	Aliança Parental
Idade ^(a)	-0.096
Número de filhos ^(a)	-0.011
Anos de relação marital ^(a)	0.040
Nº Pessoas que convivem no lar ^(a)	0.216**
Nº Menores no agregado familiar ^(a)	0.102
Nº Menores de 14 anos no agregado ^(a)	0.160*
Número de pessoas na família extensa ^(a)	-0.082
Nível educativo ^(b)	-0.061
Tipo de trabalho ^(b)	-0.036
Rendimentos laborais da Própria ^(a)	0.012
Rendimentos familiares ^(a)	0.216*
Número de rendimentos combinados ^(a)	0.174*
Tamanho da habitação ^(a)	0.192*
Número de quartos ^(a)	0.166*
Sobrelocação ^(a)	-0.007

* $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$, # $p < 0.10$

^(a) Correlação de *Pearson*; ^(b) Correlação de *Spearman*

Como podemos observar na Tabela 11, a Aliança Parental surge positiva e significativamente relacionada com o número de pessoas que vivem no agregado ($r_{(118)} = 0.216$, $p = 0.009$), assim como, com o número de menores de 14 anos que residem no agregado ($r_{(118)} = 0.160$, $p = 0.042$), com os rendimentos familiares ($r_{(118)} = 0.216$, $p = 0.017$), com o número de rendimentos combinados ($r_{(118)} = 0.174$, $p = 0.030$), com o tamanho da habitação ($r_{(118)} = 0.192$, $p = 0.019$), e com o número de quartos ($r_{(118)} = 0.166$, $p = 0.036$).

A maioria das correlações é muito fraca ($r < 0.20$), exceto no que diz respeito à análise das relações entre a Aliança Parental e a dimensão da família, e ainda entre a Aliança Parental e os rendimentos familiares, em que verificámos uma relação fraca ($r < 0.40$).

4.3. Diferenças nos níveis de Aliança Parental segundo as Características Sociodemográficas e Familiares

De seguida apresentamos as diferenças estatisticamente significativas obtidas na Aliança Parental em função da situação laboral, do tipo de trabalho, dos rendimentos familiares (i.e., proveniência e estabilidade dos rendimentos), do indivíduo que assume as funções de pai e dos dados familiares (i.e., tipo de família e estabilidade familiar). Considerando o reduzido tamanho dos grupos ($n < 30$), recorremos a testes não-paramétricos de *Mann-Whitney* para comparações entre dois grupos, e de *Kruskal-Wallis* para comparação de três grupos.

Deste modo, apresentamos de seguida, as tabelas com as médias, desvios-padrão, os valores do respetivo teste não-paramétrico utilizado, bem como, os valores de significância (p) e efeito (r)⁸.

Tabela 12. Comparação das médias, desvio-padrão, mínimos e máximos na Aliança Parental segundo a situação laboral, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Empregada (n = 96)	Desempregada (n = 21)			
	M (DP)	M (DP)	U	p	r
Aliança Parental	82.95 (16.34)	81.90 (19.62)	1007.50	0.499	0.000
	Regular (n = 85)	Irregular (n = 12)			
	M (DP)	M (DP)	U	p	r
Aliança Parental	82.34 (16.76)	87.00 (11.91)	437.00	0.215	-0.074
	Com contrato (n = 79)	Sem contrato (n = 18)			
	M (DP)	M (DP)	U	p	r
Aliança Parental	83.35 (16.29)	81.00 (16.47)	647.00	0.278	-0.055

Relativamente à situação laboral das mães (Tabela 12), verificámos que não existem diferenças estatisticamente significativas na Aliança Parental entre mães desempregadas e empregadas.

⁸ No teste *Mann-Whitney*, a magnitude do efeito é calculado através da seguinte fórmula: $r = \frac{Z}{\sqrt{N}}$; em que Z é que corresponde ao Z-score que o SPSS produz e N diz respeito ao tamanho da amostra em que o Z está baseado. Deste modo, os valores de $\pm 0,1$ representam um efeito pequeno; $\pm 0,3$ representam um efeito moderado; e, $\pm 0,5$ representam um efeito grande (Field, 2009).

Ainda na Tabela 12, observamos que não há diferenças estatisticamente significativas na Aliança Parental quanto à regularidade do trabalho e à situação de contrato laboral das participantes.

Tabela 13. Comparação das médias, desvios-padrão na Aliança Parental em função do tipo de trabalho, teste *Kruskal-Wallis*

	Baixa Qualificação (n = 25)	Média Qualificação (n = 31)	Alta Qualificação (n = 41)	H	p
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Aliança Parental	82.88 (18.44)	82.19 (16.04)	83.49 (15.39)	0.679	0.712

Na Tabela 13, podemos verificar que não existem diferenças estatisticamente significativas na Aliança Parental em função do tipo de trabalho das mães. Por outras palavras as mães com trabalhos de baixa qualificação, média qualificação ou de alta qualificação não diferem entre si em termos de Aliança Parental percebida.

Tabela 14. Comparação das médias, desvio-padrão, mínimos e máximos na Aliança Parental segundo a proveniência dos rendimentos familiares, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Própria		U	p	r
	Contribui (n = 105)	Não contribui (n = 13)			
	M (DP)	M (DP)			
Aliança Parental	82.00 (17.33)	88.69 (10.57)	529.00	<u>0.095</u>	-0.122
	Companheiro		U	p	r
	Contribui (n = 99)	Não contribui (n = 19)			
	M (DP)	M (DP)			
Aliança Parental	86.92 (10.86)	60.95 (24.47)	360.50	0.000	-0.391
	Pais/Sogros		U	p	r
	Contribui (n = 9)	Não contribui (n = 109)			
	M (DP)	M (DP)			
Aliança Parental	75.56 (26.66)	83.33 (15.78)	435.50	0.292	-0.051
	Filhos		U	p	r
	Contribui (n = 20)	Não contribui (n = 98)			
	M (DP)	M (DP)			
Aliança Parental	78.40 (19.74)	83.62 (16.13)	825.50	0.135	-0.102
Apoio Social					

	Sim (n = 116)	Não (n = 2)			
	M (DP)	M (DP)	U	p	r
Aliança Parental	89.00 (8.49)	82.63 (16.93)	96.00	0.345	-0.038

Na Tabela 14, podemos observar que não existem diferenças estatisticamente significativas na Aliança Parental, entre as mães que contribuem e as que não contribuem para os rendimentos familiares. Por outro lado, verificamos diferenças estatisticamente significativas na Aliança Parental ($U = 360.50$, $z = -4.25$, $p = 0.000$, $r = -0.391$) em função da contribuição dos companheiros das mães para os rendimentos familiares. Deste modo, o grupo de mães cujos companheiros não contribuem ($Mdn = 56.00$) apresenta níveis mais baixos do que o grupo de mães com companheiros que contribuem ($Mdn = 90.00$). O tamanho do efeito é moderado ($0.30 < r < 0.50$).

Relativamente à contribuição dos pais/sogros ou dos filhos e à existência de apoio social nos rendimentos familiares, ainda na Tabela 14, verificamos que não existem diferenças estatisticamente significativas na Aliança Parental entre os diferentes grupos.

Tabela 15. Comparação das médias, desvio-padrão, mínimos e máximos na Aliança Parental segundo a estabilidade dos rendimentos familiares, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Estável (n = 89)	Instável (n = 29)			
	M (DP)	M (DP)	U	p	r
Aliança Parental	85.51 (13.09)	74.24 (23.33)	979.50	0.026	-0.179

Na Tabela 15, podemos verificar que existem diferenças significativas nos grupos categorizados segundo a estabilidade dos rendimentos familiares (ou seja, entre rendimentos estáveis e rendimentos instáveis), ao nível da percepção da Aliança Parental ($U = 979.50$, $z = -1.95$, $p = 0.026$, $r = -0.179$). Assim, as participantes com rendimentos familiares estáveis ($Mdn = 89.00$) apresentam índices superiores de Aliança Parental, comparativamente ao grupo de mães com rendimentos instáveis ($Mdn = 82.00$). No entanto, o tamanho do efeito é pequeno ($r < 0.30$).

Tabela 16. Comparação das médias, desvios-padrão na Aliança Parental em função da pessoa que assume as funções de pai, teste *Kruskal-Wallis*

	Pai e Cônjuge (n = 96)	Somente Pai (n = 15)	Somente Cônjuge (n = 7)	H	p
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Aliança Parental	87.46 (10.24)	56.13 (24.61)	75.00 (15.67)	22.31	0.000

Na Tabela 16, verificamos que existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da Aliança Parental percebida ($H(2) = 22.31$, $p = 0.000$) em relação à pessoa que assume as funções de pai dos filhos das mães entrevistadas. Deste modo, verificamos diferenças entre o grupo de mães cujos homens identificados são pais e cônjuges ($Mdn = 90.00$) e o grupo de mães cujos homens identificados que só exercem o papel parental ($Mdn = 47.00$) quanto à Aliança Parental ($U = 219.50$, $z = -4.32$, $p = 0.000$, $r = -0.410$), onde os primeiros apresentam valores superiores comparativamente aos segundos. Além disso, constatamos que o tamanho do efeito é moderado, já que o valor do r se situa entre os 0.30 e os 0.50.

Tabela 17. Comparação das médias, desvio-padrão, mínimos e máximos na Aliança Parental segundo o tipo de família e a estabilidade familiar, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito

	Monoparental (n = 15)	Biparental (n = 103)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Aliança Parental	55.13 (23.18)	86.76 (11.06)	197.50	0.000	-0.428
	Extensa (n = 7)	Não extensa (n = 111)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Aliança Parental	74.57 (26.59)	83.25 (16.06)	321.00	0.226	-0.071
	Estável (n = 114)	Instável (n = 4)	U	p	r
	M (DP)	M (DP)			
Aliança Parental	83.57 (15.75)	59.00 (30.25)	102.50	0.030	-0.172

Na Tabela 17, observamos que existem diferenças estatisticamente significativas na Aliança Parental ($U = 197.50$, $z = -4.65$, $p = 0.000$, $r = -0.428$) entre as mães de famílias monoparentais e biparentais. Além disso, o tamanho do efeito é moderado ($0.30 < r < 0.50$). Deste modo, as mães de famílias monoparentais ($Mdn = 47.00$) apresentam índices inferiores de aliança parental comparativamente às mães cujas famílias são biparentais ($Mdn = 90.00$).

Ainda na Tabela 17, observámos que não existem diferenças estatisticamente significativas na Aliança Parental, entre as famílias que são extensas e as famílias que não são extensas.

Em relação à estabilidade familiar (Tabela 17), podemos verificar que as mães de famílias estáveis diferem significativamente das mães cujas famílias são instáveis em termos de Aliança Parental ($U = 102.50$, $z = -1.87$, $p = 0.030$, $r = -0.172$). Deste modo as participantes de famílias estáveis ($Mdn = 87.50$) apresentam índices mais elevados do que as mães de famílias instáveis ($Mdn = 58.50$). Contudo, o tamanho do efeito é pequeno ($r < 0.30$).

Tabela 18. Comparação das médias, desvios-padrão na Aliança Parental em função do tipo de família, teste *Kruskal-Wallis*

	Monoparental (n = 15)	Biparental (n = 95)	Reconstituída (n = 8)	H	p
	M (DP)	M (DP)	M (DP)		
Aliança Parental	55.13 (23.18)	87.56 (10.25)	77.25 (16.11)	24.92	0.000

Na Tabela 18, verificámos que existem diferenças estatisticamente significativas na Aliança Parental ($H(2) = 24.92$, $p = 0.000$) quanto ao tipo de família a que as participantes pertencem. No sentido de analisar estas diferenças significativas entre os grupos, recorreremos ao teste não-paramétrico de *Mann-Whitney* e aplicámos a correção de *Bonferroni*, obtendo um nível de significância igual a 0.0167. Deste modo, observámos que as mães de famílias biparentais ($Mdn = 90.00$) diferem significativamente das mães de famílias monoparentais ($Mdn = 47.00$) na Aliança Parental ($U = 166.00$, $z = -4.76$, $p = 0.000$, $r = -0.454$), sendo que as primeiras apresentam índices superiores em relação às últimas. Além disso, o tamanho do efeito é moderado, já que o valor do r situa-se entre os 0.30 e os 0.50.

Relativamente às comparações entre os restantes grupos (i.e., entre monoparental e reconstituída, entre biparental e reconstituída), os valores de p não alcançaram o novo nível de significância obtido pela correção *Bonferroni*, sugerindo assim, que estes grupos não diferem entre si quanto à Aliança Parental.

Capítulo 5 – Discussão de Resultados

Neste capítulo, discutimos os resultados obtidos na nossa investigação, iniciando com os resultados ao nível das características sociodemográficas e familiares das participantes. De seguida discutiremos os resultados relativos à validação e estudo das propriedades psicométricas do instrumento PAI.

Um dos objetivos da nossa investigação foi o de descrever as participantes quanto às suas características sociodemográficas, familiares, educativas, económicas e profissionais. Os resultados obtidos na nossa investigação mostraram que se trata de um grupo bastante homogéneo. A maioria das participantes apresenta uma relação conjugal estável e duradoura, um elevado nível de escolaridade e as circunstâncias habitacionais são boas. Verificou-se ainda uma elevada e regular taxa de emprego, com média a alta qualificação e a presença de contrato de trabalho.

Em relação à estrutura familiar, a maioria das famílias era biparental, possuíam um tamanho normativo, o ambiente familiar era estável uma vez que não se verificaram mudanças na composição do agregado familiar nos últimos tempos. Deste modo, constatamos da existência de condições favoráveis nas famílias e também que a maioria não vivia em sobrelotação do lar. Desta forma, as características que foram enunciadas anteriormente podem constituir fatores de proteção, importantes na presença de eventos vitais negativos.

Segundo Groenendyk e Volling (2007) a aliança parental pode ser conceptualizada como a necessidade de manutenção de fronteiras claras entre a unidade coparental, composta por duas ou mais pessoas, e os restantes sistemas familiares e extrafamiliares, no que diz respeito ao desempenho das funções educativas relativamente à criança e à satisfação das suas necessidades. Os autores referem ainda que esta aliança implica suporte e coordenação entre as figuras parentais, ou entre outras figuras que se comprometem pelo bem-estar e pela educação da criança.

Deste modo, consoante os bons níveis das características que foram apresentadas, podemos verificar que existem bons fatores de proteção para a família e para os menores que constituem o agregado, garantindo assim um bom desenvolvimento das crianças e uma menor vulnerabilidade nas famílias.

5.1. Níveis de Aliança Parental segundo as Características Sociodemográficas e Familiares

Em relação aos níveis de aliança parental, no nosso estudo os resultados apontaram para um nível de aliança parental superior em mães que não contribuíam para os rendimentos familiares. Desta forma, pensamos que o facto de estas mães se encontrarem desempregadas e passarem mais tempo em casa, tornam-se mulheres mais dedicadas ao lar e à família o que faz com que exista uma relação conjugal mais tranquila que foge às rotinas quotidianas, e ao stress da vida profissional, tornando a aliança parental mais sólida. Os nossos resultados são congruentes aos resultados obtidos por Hock e Mooradian (2012), que observaram que em relação à situação laboral, as mães que se encontravam empregadas reportaram níveis mais baixos de aliança parental do que mães desempregadas.

Relativamente a estes resultados Braz, Dessen, e Silva (2005) verificaram que os rendimentos socioeconómicos tendem a influenciar a aliança parental percebida, sendo que quanto maiores forem os rendimentos maiores serão os níveis de aliança parental.

Cohen e Levin (2012), por sua vez, observaram que a situação laboral estava relacionada com uma diferença nos níveis de aliança parental de ambos os progenitores, influenciando as respetivas dimensões de coparentalidade. Neste estudo, os homens desempregados tinham pontuações mais elevadas em todas as dimensões de aliança parental comparativamente às mulheres. Quando os homens estavam empregados reportavam mais comunicação, cooperação e apoio coparental do que as mulheres. Quando também as mães estavam empregadas, os pais continuavam a reportar mais comunicação, cooperação e apoio coparentais do que as mulheres. No entanto, quando estas estavam desempregadas, os respetivos níveis de todas as dimensões de aliança parental foram superiores aos dos maridos.

A situação laborar pode constituir-se quer como fator de risco, quer como potenciador da aliança parental dos casais. Também os níveis de aliança parental tendem a ser superiores em função da contribuição dos rendimentos familiares, ou seja, quanto mais elementos contribuírem para os rendimentos familiares maiores serão os níveis de aliança parental. Deste modo parece-nos que isto se deve, ao facto de existirem melhores condições de vida uma vez que o rendimento mensal passa a ser mais elevado e mais estável, proporcionando um nível de vida mais equilibrado para toda a família, o que evita discussões e falta de compreensão por precariedade económica entre o casal. Este resultado, ainda pode ser justificado pelo facto de as famílias não se sentirem multidesafiadas, ou seja, famílias que dependem dos apoios exteriores e que muitas vezes conduz o casal a sentimentos de

ineficiência, e também pela capacidade de identificar os recursos que são necessários para a concretização dos desejos formulados para um melhor desempenho da aliança parental (Grzybowski & Wagner 2010; Lindsey & colaboradores, 2005).

O nível de escolaridade e o tipo de trabalho dos progenitores, também podem contribuir como fatores de risco, ou potenciadores da aliança parental dos casais. A título de exemplo, no estudo de Groenendyk e Volling (2007), os índices maternos de cooperação coparental estavam negativamente associados aos rendimentos anuais dos pais-homens, enquanto os níveis dos pais estavam positivamente relacionados com o nível educativo das mães. Além disso, os autores verificaram que a triangulação coparental relatada pelas mães estava significativa e positivamente associada aos rendimentos anuais das mesmas e o número de horas que estas trabalhavam.

Stright e Bales (2003), por sua vez, verificaram que o nível educativo do pai não apresentou relações significativas com ambas as percepções de aliança parental (i.e., maternas e paternas). Contudo, a aliança parental observada apresentou associações positivas com o nível de escolaridade dos pais e das mães. Por outro lado, Waller (2012) verificou que um elevado nível educativo da mãe era um preditor da coparentalidade, enquanto o nível de escolaridade do pai não teve um efeito preditor. Em geral, a literatura tem apontado o nível educativo dos progenitores como um potenciador dos níveis de aliança parental (Amato & Gilbreth, 1999; Erera, Minton, Pasley, & Mandel, 1999; Nielsen, 1999; Stone & McKerny, 1998; Thompson & Laible, 1999; Walker & McGraw, 2000; Waller, 2012), onde maioritariamente os pais com níveis superiores de escolaridade tendem a relatar maior aliança parental.

Contudo, outros estudos constataram que a aliança parental não estava significativamente relacionada com as variáveis socioeconómicas, nomeadamente, os rendimentos familiares, os níveis de escolaridade de ambos os progenitores e a situação laboral (Hock & Mooradian, 2012; Hughes et al., 2004). Estes autores defendem que a qualidade da coparentalidade não se relaciona com as variáveis socioeconómicas, uma vez que no estudo que realizaram, os níveis de aliança parental não deixaram de ser elevados, mesmo na presença de baixos níveis de escolaridade e dos rendimentos dos progenitores, assim como da situação laboral. Defendem ainda que, mesmo que existam relações significativas entre os níveis de aliança parental e as variáveis socioeconómicas, são baixas, e que independentemente dos níveis socioeconómicos, a qualidade conjugal e o investimento nos filhos apresentam coesão.

A aliança parental também difere consoante a pessoa que assume as funções de pai, ou seja, verificámos um nível mais elevado de aliança parental no grupo das mães cujos homens eram identificados simultaneamente como pai biológico e cônjuge. Deste modo, estamos perante um grupo de mães que se sente apoiado pelos seus companheiros tanto na tarefa de criar como de educar os seus filhos. Pensamos que o facto de as mães estarem inseridas na família nuclear faz com que se sintam mais protegidas em relação ao seu companheiro e na relação que estabelecem com ele, e também na educação dos filhos. Os nossos resultados vão de encontro com os resultados originais do instrumento, uma vez que Abidin e Brunner (1995), também verificaram que a aliança parental varia segundo o grau na qual a relação parental está intacta, sendo este fator o que parecia influenciar a presença de um nível mais elevado de aliança parental.

Além disso, Grzybowski e Wagner (2010) defendem que a conjugalidade e os laços emocionais entre pais e filhos, influenciam todas as outras questões (i.e., contextuais, individuais, relacionais e processuais) envolvidas no processo de aliança parental.

Ainda neste sentido, verificámos níveis de aliança parental mais elevados em mães que pertenciam a famílias biparentais e a famílias estáveis. De forma a complementar o que foi referido anteriormente, pensamos que dentro das características mencionadas, em famílias biparentais, ou seja onde existe a presença das duas figuras parentais, sobressaem aspetos como a confiança entre o casal, a comunicação e o acordo mútuo no que diz respeito à educação e aos cuidados das crianças. É de salientar a importância da promoção da comunicação entre o casal, que pode ainda ser percebida como uma mais-valia no que diz respeito ao acordo em relação à disciplina das crianças.

No que respeita à estrutura familiar (i.e., famílias nucleares intactas, biparentais reconstituídas, monoparentais ou alargadas), a literatura evidencia que os casais divorciados em novas relações tendem a apresentar níveis mais baixos de aliança parental comparativamente com os casais em famílias intactas, já que os primeiros enfrentam novos hábitos e rotinas, como também, mudanças nos padrões económicos (Hohmann-Marriott, 2011; McHale, Kuersten-Hogan, & Rao, 2004; Talbot & McHale, 2004; Van Egeren & Hawkins, 2004). Contrariamente aos nossos resultados, o estudo efetuado por Hughes, Gordon, e Gaertner (2004) não encontrou uma associação significativa entre a aliança parental e o número de anos na relação marital em famílias biparentais intactas.

Relativamente à composição familiar, alguns estudos não encontraram uma associação significativa entre o número de filhos e a aliança parental dos pais (Hock & Mooradian, 2012; Hughes et al., 2004; Lindsey et al., 2005; McBride & Rane, 1998). Contudo, Waller (2012)

verificou que o número de filhos no agregado familiar era um forte preditor dos índices de aliança parental, em que constatou que quantos mais filhos existissem no agregado familiar, menores eram os níveis de aliança parental. Estes resultados podem estar associados ao stresse que as crianças causam numa relação, uma vez que podem surgir conflitos e alterações nos papéis e limitações na liberdade de cada um dos membros do casal. Os resultados podem ainda estar associados as inúmeras responsabilidades que a educação de uma criança traz ao casal e interferir na intimidade deste, que surge devido ao aumento da pressão e das tarefas após o nascimento de um filho. Deste modo, com o aumento do número de filhos é possível que as mães não se sintam tão satisfeitas com o apoio que recebem do cônjuge e isso faz com que se desencadeiem níveis de aliança parental inferiores.

5.2. Estudo das características psicométricas da escala PAI e Níveis de Aliança Parental percebida pelas mães

Em relação às características psicométricas do PAI verificámos que os nossos resultados se assemelham, em alguns aspetos, aos encontrados por Abidin e Brunner (1995). À semelhança destes autores, também nós verificámos níveis bastante satisfatórios no que diz respeito à consistência interna do instrumento. Também verificámos a presença de mais do que um fator na escala, similar ao modelo proposto pelos autores. Contudo os nossos resultados revelaram ser superiores em alguns itens.

A análise fatorial do nosso estudo indicou a existência de dois fatores bem definidos, que se referiam às dimensões propostas no modelo de Abidin e Brunner (1995) sendo elas a Aliança Parental e a perceção do pai e/ou cônjuge em relação ao papel parental da mãe entrevistada, e confirmaram empiricamente a estrutura teórica bidimensional no instrumento.

A nossa investigação apresenta índices superiores no fator 1 e inferiores no fator 2, comparativamente aos resultados obtidos no estudo original do PAI. Do mesmo modo, a variância total da escala também é superior aos valores originais da escala PAI. Em geral, os resultados da nossa análise das características psicométricas do PAI foram positivos e sugerem que o instrumento parece medir aquilo que pretende medir (i.e., os medir os níveis de aliança parental), uma vez que, segundo Almeida e Freire (2008), a validade de constructo diz respeito ao grau de concordância entre os resultados no teste, a teoria e a prática das dimensões em avaliação.

Ainda relativamente às características psicométricas do instrumento, também McBride e Rane (1998) constaram níveis de consistência interna muito bons em relação às mães, correspondendo assim com os nossos resultados.

Por sua vez, Konold e Abidin (2001) num estudo em que utilizaram o instrumento, também observaram níveis bastante satisfatórios de consistência interna e uma estrutura bidimensional no PAI. Tal como os autores, o nosso estudo também revelou a presença de uma estrutura bidimensional, em que o primeiro fator é composto por 17 itens relativos à aliança parental e o segundo fator por 3 itens relacionados com o respeito que os pais mantêm um pelo outro.

Deste modo, também Abdo, Fischer, e Kmitta (2003) constataram a presença de resultados que indicaram uma estrutura bidimensional do PAI, uma vez que o primeiro fator também se caracterizou por aspetos relacionados com a aliança parental em que era composto por 17 itens, e o segundo composto por 3 itens e referente ao respeito entre os progenitores. De igual modo, estes autores constataram que os níveis de consistência interna eram bastante satisfatórios.

Relativamente aos níveis de consistência interna obtidos na nossa investigação, diversos foram os estudos realizados com resultados semelhantes aos nossos, em que revelaram níveis bastante elevados de consistência interna do instrumento (e.g., Chamberlain, 2002; Therrien, 2003; Futris & Sullivan, 2007; Teves, 2008; Dardet, Garcia, Garcia, Lara, & Hidalgo, 2010; Gagnon, 2012; Holland & McElwain, 2013).

A consistência interna, segundo Almeida e Freire (2008) refere-se à coerência que existe entre as respostas dos sujeitos a cada um dos itens que compõem o instrumento utilizado. É de salientar que a consistência interna é utilizada pelos construtores dos testes para apreciar a garantia dos resultados obtidos.

Neste seguimento, no que concerne aos níveis de aliança parental em relação às variáveis sociodemográficas e familiares, verificámos que no nosso estudo existem algumas relações significativas e positivas que importa discutir, tais como, a relação entre a aliança parental percebida e o número de pessoas que vivem no agregado familiar, o que pensamos que se deve ao facto de existir uma boa relação entre os membros familiares, um bom ambiente familiar, o que por sua vez se torna vantajoso e aumenta os níveis de aliança entre o casal (Van Egeren & Hawkins, 2004).

A aliança parental também surge relacionada significativa e positivamente com a presença de filhos menores de 14 anos de idade no agregado, o que vai de encontro com os resultados obtidos por Johnston e Roseby (1997), que concluíram que idade média para que as crianças

estabeleçam níveis mais elevados de aliança parental com as figuras parentais é por volta dos onze anos de idade. Nesta linha de pensamento, também Groenendyk e Volling (2007), verificaram que existem associações positivas entre a idade dos menores e os níveis de aliança parental dos pais.

Também Agostinho (2009) na sua investigação observou níveis mais elevados de aliança parental em famílias com filhos em idade escolar do que em famílias com filhos adultos que convivem no lar. Segundo Feinberg (2002) a etapa em que mais se verificam alterações na relação parental é a etapa em que os filhos são adolescentes, o que é manipulado pelas características que são próprias nesta etapa. Deste modo, os nossos resultados parecem confirmar estes autores, uma vez que a aliança parental parece ser mais elevada em pais de crianças até aos 14 anos, idade anterior à adolescência.

De acordo com Lerner (1993, citado por Van Egeren & Hawkins, 2004), a perceção da coparentalidade tende a manter-se estável ao longo de todo o ciclo de vida, podendo, porém, sofrer algumas oscilações em determinadas etapas. Alguns estudos têm demonstrado que a aliança parental permanece estável e constante durante os primeiros anos de vida dos menores (Laxman, Jessee, Mangelsdorf, Rossmiller-Giesing, Brown, & Schoppe-Sullivan, 2013; Van Egeren, 2004). Por outro lado, e contrariamente aos nossos resultados, outros estudos não conseguiram encontrar associações significativas entre as variáveis (e.g., Floyd, Gilliom, & Costigan, 1998; Margolin et al., 2001; Stright & Bales, 2003). Segundo os autores, estes resultados devem-se ao facto de que as características das crianças têm menos peso do que as características dos pais, sendo que as características de ambos os progenitores influenciam muito mais os níveis de aliança parental do que as características dos filhos do casal. Os autores ainda defendem que a idade em que os filhos se encontram não influencia os níveis de aliança parental, uma vez que os pais estão empenhados em acompanhar o crescimento dos filhos independentemente da etapa de desenvolvimento em que estes se encontram.

A aliança parental também surgiu positivamente e significativamente associada com os rendimentos familiares, o número de rendimentos combinados, o tamanho da habitação e o número de quartos. As características e as circunstâncias das famílias das participantes refletem na globalidade um bom suporte familiar tanto monetário como habitacional, o que se reflete numa melhor relação conjugal. Esta por sua vez resulta em níveis superiores de aliança parental percebida e consequentemente, podendo influenciar o desenvolvimento favorável das crianças.

Num estudo realizado por Braz, Dessen, e Silva (2005), os autores verificaram que os níveis socioeconómicos influenciavam a aliança parental, sendo que quanto maior eram os

rendimentos familiares, maiores eram os níveis de aliança parental percebida. Nesta linha de ideias, também Grzybowski e Wagner (2010) sugeriram que as possibilidades financeiras são um determinante positivo da aliança parental, uma vez que elevam os níveis de autonomia e, conseqüentemente, os de aliança parental. Assim, quanto maiores forem as possibilidades financeiras, mais elevados tenderão a ser os níveis de aliança parental.

Alguns estudos têm encontrado relações significativas entre a coabitação e uma aliança parental satisfatória (Margolin et al., 2001; Van Egeren & Hawkins, 2004). Segundo os autores, o facto de os pais viverem conjuntamente com os filhos, proporciona-lhes um envolvimento mais direto o que, por sua vez, leva a um maior envolvimento parental e a uma maior satisfação com a coparentalidade. Conseqüentemente, os níveis de aliança parental são mais elevados (alcançando níveis bastante satisfatórios), expressos numa relação coparental mais saudável.

No entanto, Grzybowski e Wagner (2010), contrariamente à ideia anterior, defendem que a coabitação pode ter também um impacto negativo nos níveis de aliança parental, já que pode trazer às figuras parentais, sobrecarga, exigência parental e grandes desafios relativamente à educação da criança. Contudo, outros estudos constataram que a aliança parental não estava significativamente relacionada com as variáveis socioeconómicas, nomeadamente, os rendimentos familiares e a situação laboral (Hock & Mooradian, 2012; Hughes et al., 2004). No entanto, estes resultados são explicados pelos autores através do estudo que realizaram, em que verificaram que apesar dos baixos níveis das variáveis socioeconómicas apresentadas em alguns casos, constatou-se a presença de qualidade conjugal e investimento nos filhos, através de níveis elevados de aliança parental.

É de salientar que não se observaram associações entre a aliança parental e a idade das participantes, o número de filhos, os anos de relação marital, o número de menores que constituem o agregado, o número de pessoas na família extensa, o nível educativo das participantes, o tipo de trabalho, os rendimentos das participantes e a sobrelotação. Alguns destes resultados são consistentes com os resultados obtidos na versão original do PAI (Abidin & Brunner, 1995).

Em suma, podemos afirmar que o PAI apresenta boas características psicométricas para a sua validação, com níveis de consistência interna e fiabilidade bastante satisfatórios. Os resultados das análises fatoriais que realizámos foram na generalidade consistentes com os obtidos na versão original do instrumento, de Abidin e Brunner (1995) e confirmaram a presença de dois fatores. As mães portuguesas apresentam níveis elevados de Aliança Parental, percecionados na presença de famílias estáveis e biparentais, de rendimentos

financeiros combinados e estáveis, e na presença do pai/cônjuge no agregado familiar. A Aliança Parental apresentou ainda associações significativas e positivas com o número de pessoas que constituem o agregado, com os menores de 14 anos, o tamanho da habitação e o número de quartos.

Conclusões e limitações do estudo

A realização do presente estudo permitiu-nos traçar o perfil sociodemográfico e familiar das participantes, analisar os níveis de aliança parental percebida pelas mães, estudar a relação entre a aliança parental e as variáveis sociodemográficas, como ainda, explorar as características psicométricas do instrumento PAI (Abidin & Brunner, 1995).

A maioria das participantes era casada ou vivia em união de facto, integrava lares biparentais e estáveis, possuem níveis educativos médios ou altos, grande parte está empregada e vive em condições habitacionais satisfatórias. Estas condições são assim favoráveis à relação entre o casal e ao desenvolvimento das crianças.

Quanto aos níveis de aliança parental, os resultados sugerem que as participantes revelam bons níveis de aliança parental assemelhando-se aos resultados obtidos na escala original de Abidin e Brunner (1995), e que estes são superiores quando as mães vivem na presença de famílias estáveis e biparentais, de rendimentos financeiros combinados e estáveis, e na presença do pai/cônjuge no agregado familiar. A Aliança Parental apresentou ainda associações significativas e positivas com o número de pessoas que constituem o agregado, com os menores de 14 anos, o tamanho da habitação e o número de quartos.

Relativamente à análise das características psicométricas do PAI, verificámos que os nossos resultados se assemelham, em alguns aspetos, aos encontrados por Abidin e Brunner (1995). À semelhança destes autores, também nós verificámos níveis bastante satisfatórios no que diz respeito à consistência interna do instrumento. Também verificámos a presença de mais do que um fator na escala, similar ao modelo proposto pelos autores. Contudo os nossos resultados revelaram ser superiores em alguns itens. A análise fatorial exploratória do nosso estudo indicou a existência de dois fatores bem definidos, que se referiam às dimensões propostas no modelo de Abidin e Brunner (1995) sendo elas a aliança parental e a perceção do pai e/ou cônjuge em relação ao papel parental da mãe entrevistada, e confirmaram empiricamente a estrutura teórica bidimensional no instrumento.

Deste modo, a versão portuguesa do PAI apresenta boas características psicométricas para a sua validação, com elevados níveis de consistência interna. Estes resultados sugerem-nos que o instrumento é relativamente fiável para aplicar numa amostra de mães portuguesas.

No que diz respeito às limitações do nosso estudo salientamos o reduzido tamanho da amostra e a sua especificidade geográfica, que não nos permitem generalizar os resultados obtidos à restante população portuguesa. Outra das limitações com que nos deparamos é o

facto de o estudo ter apenas mães como participantes, faltando-nos outro tipo de fontes de informação para que os resultados fossem mais abrangentes.

Numa investigação futura será importante incluir os pais homens no estudo, para compararmos os resultados entre os progenitores, e incluir os menores como informadores, de forma a perceber como percecionam a aliança parental. Por outro lado, a inexistência de estudos de validação do PAI para a população geral portuguesa também dificultou a comparação das pontuações gerais obtidas no nosso estudo, uma vez que tivemos de recorrer a estudos que foram realizados noutros países, em populações e culturas diferentes da nossa. Pensamos que seria importante realizar a validação deste instrumento para a população portuguesa, uma vez que os resultados seriam bastante úteis futuramente para constatar e comparar outros resultados, e na investigação sobre a parentalidade.

A dispersão da idade das mães, assim com a dispersão da idade dos filhos também pode ser apontada como uma limitação ao nosso estudo. Pensamos ainda que seria importante realizar um estudo atendendo a diferentes fases do ciclo vital das mães para se poder perceber qual o impacto da aliança parental nesta variável.

Sabemos que, para uma temática tão complexa como a aliança parental, deveriam ter sido estudadas outras medidas e outro tipo de variáveis (por exemplo, o stresse parental). Em investigações futuras deveriam ser utilizados métodos de observação e outras fontes de informação familiares.

Contudo, que seja do nosso conhecimento, até à presente data não existem estudos portugueses que se tenham debruçado sobre a validação da escala PAI na população portuguesa. Assim, apesar das limitações expressas, o presente estudo é um contributo para a investigação neste tema.

Referências Bibliográficas

- Abdo, A., Fischer, J., & Kmitta, D. (2003). The Use of the Parental Alliance Measure with Women Parenting Children with Disabilities. *Dimensions in Counseling*, 31 (2), 17-27.
- Abidin, R. (1992). The determinantes of parenting behavior. *Journal of Clinical Child Psychology*, 21, 407-412.
- Abidin, R. (1995). *Parenting Stress Index – Manual*. (3ed.) Odessa: Psychological Assessment Resources.
- Abidin, R., & Brunner, J.F. (1995). Development of a parenting alliance inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, 24 (1), 31-40.
- Agostinho, A. (2009). Filhos na escola e filhos adultos: a relação entre funcionamento familiar, parentalidade de resiliência. Dissertação de Mestrada em Psicologia Clínica e da Saúde. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Ahrons, C. (1994). *The Good Divorce: Keeping Your Family Together When Your Marriage Comes Apart*. New York: Harper Collins.
- Alarcão, M. (2006). *Des(equilíbrios) Familiares* (3ªed.). Coimbra: Quarteto.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação* (5.ª Ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Amato, P. R., & Gilbreth, J. G. (1999). Nonresident fathers and children's well-being: A meta-analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 557-573.
- Barzel, M., & Reid, G. (2010). A Preliminary Examination of the Psychometric Properties of the Coparenting Questionnaire and the Diabetes-Specific Coparenting Questionnaire in Families of Children with Type I Diabetes. *Journal of Pediatric Psychology*, 36 (5), 606–617.
- Bearss, K., & Eyberg, S.M. (1998). A test of the parenting alliance theory. *Early Education and Development*, 9, 179-185.
- Braz, M. P., Dessen, M. A., & Silva, N. L. (2005). Relações Conjugais e Parentais: Uma Comparação entre Famílias de Classes Sociais Baixa e Média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18 (2), 151-161.
- Caldera, Y. M., & Lindsey, E. W. (2006). Coparenting, Mother-infant Interaction, and Infant-Parent Attachment Relationships in Two-Parent Families. *Journal of Family Psychology*, 20, 275-283.
- Carlson, M., McLanahan, S., & Brooks-Gunn, J. (2008). Coparenting and Nonresident fathers' involvement with young children after a nonmarital birth. *Demography*, 45 (2), 461-488.
- Chamberlain, M. (2002). Lien entre le niveau de stress parental et la qualité de l'alliance parentale chez les parents ayant un enfant âgé de 4 à 6 mois. Tese de Mestrado em Psicologia à Universidade do Québec de Três Rios, Québec.

- Choen, O., & Levin, L. (2012). Impact of financial and employment status on the co-parenting of divorcing couples in Israel. *Journal of Family Studies, 18* (1), 47 – 61.
- Dardet, S., Garcia, M., Garcia, L., Lara, B., & H, J. (2010). Perfil psicossocial de famílias em situação de risco. Um estudo de necessidades com usuarias de los Servicios Sociales Comunitarios por razones de preservación familiar. *Anales de psicología, 26* (2), 378 – 389.
- Dorsey, S., Forehand, R., & Brody, G. (2007). Coparenting conflict and parenting behavior in economically disadvantaged single parent African American families: The role of maternal psychological functioning. *Journal of Family Violence, 22*, 621–630.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of Marital Relations and Parent-Child Relations: A Meta-Analytic Review. *Psychological Bulletin, 118* (1), 108-132.
- Erera, P., Minton, C., Pasley, K., & Mandel, S. (1999). Fathering after divorce in Israel and U.S. *Journal of Divorce & Remarriage, 31*, 55-82.
- Fauchier, A., & Margolin, G. (2004). Affection and conflict in marital and parent-child relationships. *Journal of Marital and Family Therapy, 30*, 197-212.
- Feinberg, M. (2002). Coparenting and Prevention at the Transition to Parenthood. *Clinical Child and Family Psychology Review, 5* (3), 173-195.
- Feinberg, M. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting: Science and practice, 3* (2), 95-131.
- Feinberg, M., Kan, M., & Hetherington, E. (2007). The Longitudinal Influence of Coparenting Conflict on Parental Negativity and Adolescent Maladjustment. *Journal of Marriage and Family, 96*, 687-702.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3^a Ed.). London: SAGE.
- Floyd, F., Gilliom, L., & Costigan, C. (1998). Marriage and the parenting alliance: longitudinal prediction of change in parenting perceptions and behaviors. *Child Development, 69* (5), 1461-1479.
- Frizzo, G., Kreutz, C., Schmidt, C., Piccinini, C., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clinica. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 15* (3), 84-94.
- Futris, T., & Sullivan, S. (2007). Mother's perception of barriers, Parenting Alliance, and Adolescent Father's engagement with their Children. *Family Relations, 56* (1), 258 – 296.
- Gagnon, M. (2012). L'engagement parental des mères et des pères : Associations avec la relation coparental et l'adaptation socio-affective à l'âge préscolaire. Tese de Doutorado em Psicologia da Investigação à Faculdade de Estudos Superiores de Montreal, Québec.
- Gordon, I., & Feldman, R. (2008). Synchrony in the Triad: A Microlevel Process Model of Coparenting and Parent- Child Interactions. *Family Process, 47* (4), 465-479.
- Groenendyk, A., & Volling, B. (2007). Coparenting and Early Conscience Development in the Family. *The Journal of Genetic Psychology, 168* (2), 201-224.
- Grzybowski, L., & Wagner, A. (2010). Casa do Pai, Casa da Mãe: A Coparentalidade após o Divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26* (1), 77-87.

- Hock, R., & Mooradian, J. (2012). Co-parenting quality among adoptive mothers: contributions of socioeconomic status, child demands and adult relationship characteristics. *Child and Family Social Work, 17*, 85-95.
- Hohmann-Marriott, B. (2011). Coparenting and Father Involvement in Married and Unmarried Coresident Couples. *Journal of Marriage and Family, 73*, 296 – 309.
- Holland, A., & McElwain, N. (2013). Maternal and Paternal Perceptions of Coparenting as a Link Between Marital Quality and the Parent-Toddler Relationship. *Journal of Family Psychology, 27(1)*, 117-126.
- Hughes, F., Gordon, K., & Gaertner, L. (2004). Predicting Spouses' Perceptions of Their Parenting Alliance. *Journal of Marriage and Family, 66*, 506-514.
- Johnston, J. R., & Roseby, V. (1997). *In the name of the child: A developmental approach to understanding and helping children of conflicted and violent divorce*. New York, NY: Free Press.
- Johnston, J. R., Walters, M. G., & Olesen, N. W. (2005). *Clinical ratings of parenting capacity and Rorschach protocols of Custody-Disputing Parents: An Exploratory Study. Journal of Child Custody, 2*, 1-2.
- Kelly, J., & Johnston, J. (2001). The alienated child: A reformulation of Parental Alienation Syndrome. *Family Court Review, 39 (3)*, 249-266.
- Konold, T., & Abidin, R. (2001). Parenting Alliance: A Multifactor Perspective. *Assessment, 8 (1)*, 47-65.
- Kwon, K., Jeons, H., & Elicker, J. (2013). Links among coparenting quality, parental gentle guidance, and toddlers' social emotional competencies: Testing direct, mediational, and mediational models. *Journal Of Family Studies, 19 (1)*, 19-34.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2011). Post-divorce representations of marital negotiation during marriage predict parenting alliance in newly divorced parents. *Sexual and Relationship Therapy, 26 (2)*, 182-190.
- Lamela, D., Castro, M., & Figueiredo, B. (2013). Medida da aliança parental: validação portuguesa e construção de uma versão reduzida. *Revista de Psiquiatria Clínica, 40 (6)*, 215-219.
- Lamela, D., Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia em Estudo, 15 (1)*, 205-216.
- Lavadera, A. L., Ferracuti, S., & Togliatti, M. M. (2012). Parental Alienation Syndrome in Italian legal judgments: an exploratory study. *International Journal of Law and Psychiatry, 35 (4)*, 334-342.
- Laxman, D., Jessee, A., Mangelsdorf, S., Rossmiller- Giesing, W., Brown, G., & Schoppe-Sullivan, S. (2013). Stability and antecedents of coparenting quality: The role of parent personality and child temperament. *Infant Behavior and Development, 36*, 201-222.
- Levin, L., & Cohen, O. (2012). Impact of financial and employment status on the co-parenting of divorcing couples in Israel. *Journal of Family Studies, 18 (1)*, 47-61.

- Lindsey, E., & Caldera, Y. (2006). Mother-Father-Child Triadic Interaction and Mother-Child Dyadic Interaction: Gender Differences Within and Between Contexts. *Sex Roles, 55*, 511-521.
- Lindsey, E., Calder, Y., & Colwell, M. (2005). Correlates of Coparenting During Infancy. *Family Relations, 54*, 346-359.
- Linker, F., Stolberg, A., & Green, R. (1999). Family communication as a mediator of child adjustment to divorce. *Journal of Divorce and Remarriage, 30*, 83-97.
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family, 52*, 141-155.
- Madden-Derdich, D., Leonard, S., & Christopher, F. (1999). Boundary Ambiguity and Coparental Conflict after Divorce: An Empirical Test of a Family Systems Model of the Divorce Process. *Journal of Marriage and The Family, 61*, 588-598.
- Madden-Derdich, D.A., & Leonard, S.A. (2000). Parental Role Identity and Fathers' Involvement in Coparental Interaction After Divorce: Fathers' Perspectives. *Family Relations, 49* (3), 311-318.
- Margolin, G., Gordis, E., & John, R. (2001). Coparenting: A Link Between Marital Conflict and Parenting in Two - Parent Families. *Journal of Family Psychology, 15* (1), 3-21.
- McBride, B., & Rane, T. (1998). Parenting Alliance as a Predictor of Father Involvement: An Exploratory Study. *Family Relation, 47* (3), 229 – 236.
- McConnell, M., & Kerig, P. (2002). Assessing Coparenting in Families of School-Age Children: Validation of the Coparenting and Family Rating System. *Canadian Journal of Behavioral Science, 34*, 44-58.
- McHale, J., Kuersten-Hogan, R., & Rao, N. (2004). Growing Points for Coparenting Theory and Research. *Journal of adult Development, 11* (3), 222-234.
- Mendes, G. (2008). Aliança parental positiva: Pistas de intervenção no centro de apoio familiar e aconselhamento parental do Barreiro. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental. Realidade ou expectativa? *Psychologica, 42*, 213-229.
- Morrill, M., Hines, D., Mahmood, S., & Córdova, J. (2010). Pathways Between Marriage and Parenting for Wives and Husbands: The Role of Coparenting. *Family Process, 49*, 59-73.
- Nunes, C., & Lemos, I. (2011). *Perfil Socio - demográfico para pais (PSD)*. Documento não publicado, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Palacios, J., & Rodrigo, M. J. (1998). La familia como contexto y la familia en contexto. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Coords.). *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid: Alianza Editorial.

- Pedro, M., Ribeiro, T., & Shelton, K. (2012). Marital Satisfaction and Partners' Parenting Practices: The Mediating Role of Coparenting Behavior. *Journal of Family Psychology, 26* (4), 509-522.
- Pires, A. (2008). Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Relvas, A. P. (2006). O Ciclo Vital da família (4ªed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Schoppe, S., Mangelsdorf, S., & Frosch, C. (2001). Coparenting, Family Process, and Family Structure: Implications for Preschoolers' Externalizing Behavior Problems. *Journal of Family Psychology, 15* (3), 526-545.
- Schoppe-Sllivam, S.J., Schermerhorn, A. C., Cummings, E. M. (2007). Marital Conflict and Children's Adjustment: Evaluation of the Parenting Process Model. *Journal of Marriage and Family, 69* (5), 1118-1134.
- Stone, G., & McKenry, P. (1998). Nonresidential father involvement: A test of a mid-range theory. *The Journal of Genetic Psychology, 159*, 313-336.
- Stright, A., & Bales, S. (2003). Coparenting Quality: Contributions of Child and Parent Characteristics. *Family Relations, 52*, 232-240.
- Talbot, J., & McHale, J. (2004). Individual parental adjustment moderates the relationship between marital and coparenting quality. *Journal of adult development, 11* (3), 191 – 205.
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The Association Between Coparenting and Child Adjustment: A Meta – Analysis. *Parenting: Science and Practice, 10*, 286-307.
- Teves, C. (2008). Uma viagem entre satisfação e proximidade conjugais e aliança parental. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia Clínica e de Saúde. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Therrien, D. (2003). Alliance Parentale et Adaptation du Nourrisson. Tese de Mestrado em Psicologia à Universidade do Québec de Três Rios, Québec.
- Thompson, R. S., & Laible, D. J. (1999). Noncustodial Parents. Em M. Lamb (Org.), *Parenting and child development in "nontraditional" families* (pp. 103-123). New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Thomson, E., Mosley, J., Hanson, T., & McLanahan, S. (2001). Remarriage, cohabitation and changes in mothering behavior. *Journal of Marriage and Family, 63*, 370-380.
- Van Egeren, L. (2004). The development of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal, 25* (5), 453-477.
- Van Egeren, L., & Hawkins, D. (2004). Coming to term with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development, 11* (3), 165-178.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar Tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21*, 181-186.
- Walker, A., & McGraw, L. (2000). Who is responsible for responsible fathering? *Journal of Marriage and the Family, 62*, 563-569.

Waller, M. (2012). Cooperation, Conflict, or Disengagement? Coparenting Styles and Father Involvement in Fragile Families. *Family Process*, 51, 325-342.

Anexos

Anexo A

Questionário de Dados Sociodemográficos e Familiares

QUESTIONÁRIO DE DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS E FAMILIARES

Este questionário é anónimo pelo que pedimos que responda com toda a sinceridade.

Os dados serão tratados com total confidencialidade.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração!

A) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO		
1. Sexo: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	2. Data de Nascimento: __/__/__	3. Idade:
4. Naturalidade:	5. Nacionalidade:	
6. Localidade onde vive: _____	7. Tipologia de habitação: m ² : _____ n° quartos: _____ <input type="checkbox"/> Quarto <input type="checkbox"/> Apartamento <input type="checkbox"/> Moradia Outra: _____	
8. Situação face ao emprego		
8.1 Trabalha: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		
8.2 Tem emprego estável: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		
8.3 Tem contrato de trabalho: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>		
8.4 Tipo de trabalho (funções que exerce): _____		

B) DADOS ESCOLARES
9. Habilitações literárias: <input type="checkbox"/> Sem estudos <input type="checkbox"/> Escolaridade obrigatória incompleta <input type="checkbox"/> Escolaridade obrigatória completa (9º ano) <input type="checkbox"/> Ensino Secundário ou Profissional incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Secundário ou Profissional completo (12º ano) <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo (bacharelato/ licenciatura ou mais)

GENOGRAMA

10. Estável: Sim Não

11. Tipo de Família: Biparental Monoparental Reconstituída

12. Coloque uma cruz se existe alguma destas situações: Menor adotado Menor em acolhimento

C) RENDIMENTO FAMILIAR

15. O rendimento familiar encontra-se:

Estável Não é Estável Quantia ao mês: _____ €

16. Quem contribui para o rendimento familiar:

A própria: _____ € Filho/a: _____ € Companheiro: _____ €

Apoio social: _____ € Pais/sogros: _____ € Outros (especificar): _____ €

D) PESSOAS COM QUEM VIVE							
	Nome e Apêlidos	Parentesco (1)	Data de Nascimento	Habilitações Literárias	Profissão/Ocupação	Nome do local trabalho/ escola	Apoios (3)
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

(1) Grau parentesco/relação:

1. Companheiro
2. Filho/a
3. Mãe/Pai
4. Sogro/a
5. Irmão/a
6. Sobrinho/a
7. Neto/a
8. Outros (especificar):

(2) Habilitações Literárias:

1. Sem estudos/dificuldade para ler/escrever
2. 1º Ciclo incompleto
3. 1º Ciclo completo
4. 2º Ciclo incompleto
5. 2º Ciclo completo
6. 3º Ciclo incompleto
7. 3º Ciclo completo
8. Universidade incompleta
9. Universidade completa
10. Outros (especificar):

(3) Apoios:

1. Ajuda económica
2. Sócio Educativos
3. Ajuda ao domicílio
4. Outros (especificar):

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

Anexo B

PAI

PAI

(Versão para mães cujo conjugue atual é o pai dos filhos e que mantém um contacto regular com estes, ou é uma pessoa que assume as funções de pai com os seus filhos)

Em seguida apresentamos várias frases que se referem à relação que você mantém com o seu marido enquanto pais. Escolha a resposta que melhor reflete a sua relação.

<p>Faça um círculo na pessoa em que está a pensar para completar este questionário:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O pai dos meus filhos que atualmente é o meu marido. 2. O pai dos meus filhos que atualmente já não é o meu marido. 3. O meu novo marido. 	Não, totalmente em desacordo	Em desacordo	Não tenho a certeza	De acordo	Sim, totalmente de acordo
1. O meu marido aprecia estar a sós com os nossos filhos.					
2. Já antes que nascessem os nossos filhos, o meu marido demonstrou-me que confiava que eu poderia ser uma boa mãe.					
3. Quando há algum problema relacionado com os nossos filhos procuramos juntos boas soluções.					
4. O meu marido e eu entendemo-nos bem quando tratamos de temas relacionados com os nossos filhos.					
5. O meu marido está disposto a sacrificar-se para atender os nossos filhos.					
6. Faço tudo que é possível para falar com o meu marido sobre os nossos filhos.					
7. O meu marido presta muita atenção aos nossos filhos.					
8. O meu marido e eu estamos de acordo nas coisas que deixamos os nossos filhos fazerem ou não.					
9. Quando vejo o meu marido fazer alguma coisa com os nossos filhos sinto-me muito unida a ele.					
10. O meu marido sabe desenvolver-se bem com as crianças.					
11. O meu marido e eu formamos uma boa equipa como pais.					
12. O meu marido acha que sou uma boa mãe.					
13. Acho que o meu marido é um bom pai.					
14. O meu marido ajuda a tornar mais fácil cumprir com as minhas tarefas de mãe.					
15. O meu marido e eu vemos os nossos filhos da mesma maneira.					
16. Se tivéssemos que descrever os nossos, eu e o meu marido diríamos praticamente o mesmo.					
17. Quando temos que castigar os nossos filhos estamos de acordo sobre o que fazer.					
18. Sinto-me bem com o que pensa o meu marido sobre o que é mais adequado para os nossos filhos.					
19. O meu marido diz-me que sou uma boa mãe.					
20. O meu marido e eu temos as mesmas aspirações para os nossos filhos.					

Nota: No caso de as funções de pai serem exercidas por dois homens adultos (o pai biológico e o novo marido/companheiro da mãe) este questionário deve ser aplicado duas vezes para cada mãe.

Anexo C

Consentimento Informado

Consentimento Informado

Uma equipa de investigação do Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Algarve está a realizar um estudo que tem como objetivos conhecer os comportamentos em relação à saúde e bem-estar em mães de crianças e adolescentes, avaliar o apoio que têm de outras pessoas ou instituições e ainda perceber a forma como lidam com situações de stress ou quaisquer problemas que possam ocorrer na família.

Solicitamos assim a sua participação no estudo. As participações das mães serão totalmente confidenciais.

Agradecendo desde já a sua colaboração

(Prof. Doutora Cristina Nunes

Coordenadora da equipa de investigação

Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Algarve)

Compreendo que:

- A minha participação neste estudo é inteiramente voluntária;
- Colaborando nesta investigação estou a possibilitar o avanço do conhecimento nesta área, mas que não me podem ser dadas garantias de qualquer benefício direto ou indireto pela minha participação no estudo;
- A minha participação implica aceitar responder a uma entrevista (cerca de 60 minutos);
- Posso recusar-me a colaborar nesta investigação, ou retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga quaisquer consequências negativas.

Compreendo ainda que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade e do meu filho(a) e dados confidenciais jamais poderão ser revelados em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa, a não ser com a minha autorização por escrito.

Assinatura da mãe: _____

Data: ___/___/_____